

**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO PRETO**

BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO

**AS SEMENTES DO DISCURSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO
BRASIL: OLHAR SOBRE OURO PRETO**

Ouro Preto - Minas Gerais

2017

BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO

**AS SEMENTES DO DISCURSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO
BRASIL: OLHAR SOBRE OURO PRETO**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Ouro Preto, como parte das exigências do curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, para obtenção do título de Tecnóloga.

Ouro Preto
Minas Gerais - Brasil
2017

Ficha Catalográfica

C287s Carmo, Bárbara Helena Almeida
As sementes do discurso de preservação do patrimônio no Brasil : olhar sobre Ouro Preto [manuscrito] / Bárbara Helena Almeida Carmo. – 2017.
V, 65 f. : il.

Orientador: Maria Cristina Rocha Simão

TCC (Graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto. Tecnologia em Conservação e Restauro.

1. Patrimônio cultural. – Monografia. 2. Espaço urbano. – Monografia. 3. Discurso preservacionista. – Monografia. 4. Ouro Preto. – Monografia. I. Simão, Maria Cristina Rocha. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Campus Ouro Preto. III. Tecnologia em Conservação e Restauro. IV. Título.

CDU 72.025:81'42

Catálogo: Biblioteca Tarquínio J. B. de Oliveira - IFMG – Campus Ouro Preto

BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO

**AS SEMENTES DO DISCURSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO
BRASIL: OLHAR SOBRE OURO PRETO**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Ouro Preto, como parte das exigências do curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, para obtenção do título de Tecnóloga.

APROVADA EM: 24 DE ABRIL DE 2017

Rodrigo Otávio de Marco Meniconi

Tito Flávio Rodrigues de Aguiar

Maria Cristina Rocha Simão
(Orientadora)

Agradecimentos

Agradeço imensamente à todo o corpo docente do curso de Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais, especialmente ao Professor (no sentido mais pleno que essa palavra pode ter) Ney Nolasco; Rodrigo Meniconi, pelos ensinamentos e risadas contagiantes; e Maria Cristina Rocha Simão, por ter sido a grande responsável pelo meu ingresso nesse curso e também pela conclusão. À minha mãe, pelo apoio irrestrito e pela energia que o amor a Ouro Preto lhe faz contagiar. Ao Jansen, Diego e Gabi, pela presença e mão na massa na reta final. Agradeço também aos meus queridos Alex, Luana, Marina e Tássia pelo companheirismo e memórias compartilhadas.

Lista de símbolos

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IFAC	Instituto de Filosofia, Arte e Cultura
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
OEA	Organização dos Estados Americanos
IHGGM	Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais
IHOP	Instituto Histórico de Ouro Preto
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PAC-CH	Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas

Lista de figuras

Figura 1: Pintura de Jackson Pollock (1942-1947). Fonte: Museu Guggenheim.	18
Figura 2: Vista parcial de Ouro Preto (1880-1890). Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM).	20
Figura 3: Saída das tropas da Praça Tiradentes para a Guerra do Paraguai. Fonte: APM.	22
Figura 4: Vista do Morro da Força e ruas de acesso à Estação. Fonte: Acervo IFAC.	27
Figura 5: Tanque de desinfecção da Barra. Fonte: Alberto Fonseca (2005).	28
Figura 6: Inauguração da Estátua de Tiradentes (1894). Fonte: APM.	28
Figura 7: Mapa da morfogênese de Ouro Preto (1598-1710). Fonte: Laboratório da paisagem UFMG.	30
Figura 8: Representação esquemática de propostas do Plano de Melhoramentos. Fonte: a autora, com base em peça gráfica do APM.	31
Figura 9: Representação esquemática de propostas do Plano de Melhoramentos. Fonte: a autora, com base em peça gráfica do APM.	32
Figura 10: Mercado de Fortaleza, construído em 1897. Fonte: Pinterest.	33
Figura 11: Representação esquemática de propostas do Plano de expansão. Fonte: a autora, com base em peça gráfica do APM.	34
Figura 12: Exemplo de Plano Inclinado em Salvador (1889). Fonte: Blog "mais de Salvador"	35
Figura 13: Xavier da Veiga. Fonte: APM.	36
Figura 14: Festas do Bicentenário. Fonte: SENNA, 1911.	43
Figura 15: Diogo de Vasconcellos. Fonte: APM.	47
Figura 16: Vista da fachada do IHOP, hoje Casa de Gonzaga. Fonte: APM.	56

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
2.1. Teoria da Conservação e Restauração no mundo (1849 a 1903)	5
2.2. O caminho dos conceitos e práticas de patrimônio no século XX	11
2.3. Patrimônio como processo cultural.....	15
3. OURO PRETO EM FIM DE SÉCULO	19
3.1. O declínio de Ouro Preto e a emergência de “novas ideias”	20
3.2. A Escola de Minas de Ouro Preto	23
3.3. A Empresa de Melhoramentos da Capital	26
3.3.1. O Projeto Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto	30
3.3.2. Plano de expansão para Ouro Preto	34
4. A MUDANÇA DA CAPITAL	36
4.1. O discurso dos não mudancistas.....	37
4.2. A viuvez dos ouropretanos	39
5. DISCURSO DE PRESERVAÇÃO NOS ANOS 1910?.....	42
5.1. O relato das festas do Bicentenário.....	43
5.2. Discursos das personalidades políticas e culturais	49
Apêndice.....	55
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	61

Resumo

Este trabalho monográfico tem como objetivo estudar o período histórico que é marcado pela intensificação da discussão sobre a transferência da capital da província de Minas Gerais, no início dos anos 1890, até as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, em 1911, buscando nos discursos de figuras públicas de destaque, na atuação do poder público e na mobilização da população, uma possível semente do discurso de preservação do patrimônio no Brasil. Foram realizados estudos sobre os projetos de modernização e expansão de Ouro Preto do final do século XIX, as repercussões em Ouro Preto da transferência da capital e as comemorações do Bicentenário da cidade, na tentativa de encontrar indícios do discurso preservacionista e de sua institucionalização no Brasil antes das iniciativas dos Modernistas liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, na década de 1930. Esta pesquisa se justifica, primeiramente, pelo fato de que as diferentes abordagens acerca da conservação e restauração de monumentos já era tema de debate na Europa desde meados do século XIX, e o Brasil não estava estancado a essas discussões. Outro ponto é a defesa árdua de Ouro Preto, empreendida pelos chamados “não mudancistas”, que lutaram pela permanência da capital da província em Ouro Preto e, no mínimo, abalaram a ordem social através da permanência no campo do conflito. A definição do objetivo foi baseada também nas evidências apontadas pelos projetos e diretrizes da Empresa de Melhoramentos da Capital, que não propôs mudanças que atingiriam de fato a estrutura urbana ouropretana consolidada, tampouco, os monumentos de maior expressão. Por fim, este trabalho toma como base as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, em 1911, que diz muito a respeito do processo de defesa da relevância de Ouro Preto no contexto nacional. Estes pontos indicam que não só o pensamento preservacionista poderia estar presente e em construção desde o final do século XIX, como a institucionalização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; espaço urbano; discurso preservacionista; Ouro Preto.

1 INTRODUÇÃO

O início da trajetória da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, sob o ponto de vista da institucionalização, é correntemente atrelado à entrada em vigor do Decreto Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do “patrimônio histórico” nacional. Neste momento da nossa história entendia-se que a proteção de bens vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil ou daqueles com feição notável garantiria o suporte do interesse público e a perpetuação da memória coletiva. Essa era a visão dos chamados Modernistas, que revisitaram as ditas “cidades históricas” mineiras na busca pela autêntica cultura nacional em um processo de pesquisa que culminaria com a patrimonialização de Ouro Preto, entre outras cidades. É certo que este tema já foi estudado por inúmeros pesquisadores da área da preservação do patrimônio cultural, no entanto, tendo em vista que os marcos institucionais são sempre precedidos pela intensificação do debate, acirramento dos conflitos e que representam o resultado mais imediato de um processo geralmente longo de tomada de consciência a respeito de determinado tema, nos cabe questionar em que ponto da história está a semente do marco institucional representado pelo Decreto-lei n. 25. de 1937.

Não seria importante problematizar a corrente e persistente atribuição do nascimento do discurso de preservação aos intelectuais modernistas, de forma que o processo de investigação histórica retroaja um pouco mais e acrescente elementos à busca por um começo?

Em texto escrito para o livro *Cidade: história e desafios*, Bresciani (2002, p.9) apresenta um questionamento que pode aqui ser relido “[...] Quais são mesmo as perguntas que fazemos hoje às cidades?”. Tentar encontrar uma resposta para uma questão tão delicada, como a representada pelas sementes do discurso preservacionista, através de um recorte específico no tempo pode ser perigoso.

[...] ao se tomar o urbanismo como objeto de estudo em sua configuração acabada, pode-se incorrer no anacronismo de tentar localizar o significado de uma ausência; ou de se ir em busca de uma origem determinante, ou pior ainda, de se resvalar para a ‘positivação’ ou ‘naturalização’ da questão urbana ‘acompanhando sua evolução’ através do tempo. (BRESCIANI, 2002, p.19)

A autora sugere que a elucidação da formação do saber sobre a cidade, caracterizada como um ponto obscuro na ciência das cidades, encontra respaldo na proposta de “Michel Foucault que nos diz que, mais do que a origem de um saber, o que nos proporciona pontos de apoio é a busca dos começos” (BRESCIANI, 2002,

p.23). Nesse sentido, a revisão bibliográfica já realizada deixou claro que poucos pesquisadores têm questionado a existência de um processo de construção do pensamento em relação ao patrimônio mais longo do que a década de 1930.

Meneguello (2007), ao contrário, retoma o fim do século XIX para buscar as raízes da preservação no Brasil. O autor investiga a criação e os resultados obtidos pela Empresa de Melhoramentos da Capital e afirma que “o espaço urbano ainda não era visto como signo de preservação” e que “o valor histórico das edificações e do desenho urbano, portanto, ainda não existia neste momento” (MENEGUELLO, 2007, p.5). Este trabalho nos coloca ainda mais questionamentos, pois abre a possibilidade de encontrar raízes do discurso de preservação no século XIX. Iremos, através da consulta aos documentos relativos à Empresa de Melhoramentos da Capital, investigar os projetos de modernização e expansão de Ouro Preto do final do século XIX e revisitar os discursos na tentativa de encontrar indícios de um entendimento sobre a preservação no Brasil no final do século XIX.

Esta hipótese é embasada por alguns fatores. Primeiramente, o fato de que as diferentes abordagens acerca da conservação e restauração de monumentos já era tema de debate na Europa desde Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), passando por John Ruskin (1819-1900), Camillo Boito (1836-1914) e Alois Riegl (1858-1905). Ou seja, há, pelo menos, meio século já se falava na preservação dos monumentos, e o Brasil não estava estanque a essas discussões. Outro ponto é a defesa árdua de Ouro Preto empreendida pelos chamados “não mudancistas”, que lutaram pela permanência da capital da província em Ouro Preto, enquanto grande parte da elite mineira empreendia uma verdadeira força tarefa para a construção de uma nova capital para o estado. Este grupo dos “não mudancistas”, para além de ter proposto medidas higienistas e de modernização, que era a mentalidade em vigor, entendia a cidade como portadora de uma carga histórica muito representativa, que deveria ser considerada.

Baseamos também a hipótese de que o discurso de preservação não é uma novidade trazida com o Movimento Modernista, no século XX, nas próprias evidências apontadas pelos projetos e diretrizes da Empresa de Melhoramentos da Capital, que não propôs mudanças que atingiriam de fato a estrutura urbana ouropretana, representada pelo caminho-tronco¹, e tampouco, os monumentos de maior expressão, como as igrejas e o casario consolidado, justamente pelo fato de que o sentido de pertencimento poderia estar presente e o respeito ao modo de vida dos munícipes era

¹ Este termo foi utilizado por Sylvio de Vasconcellos (1977) para se referir à estrada que atravessa Ouro Preto e une os dois núcleos de povoamento importantes, o Cabeças e o Padre Faria. Esse traçado urbano identificado e caracterizado pelo autor se mantém em sua essência até os dias de hoje.

algo a se considerar. Além disso, a perda vivida com a transferência da capital e o discurso construído em cima da “viuvez” dos ouropretanos pode levar a entender um pouco mais sobre o espírito do homem do final do século XIX.

Por fim, temos como base as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, em 1911, que, por si só, já diz algo a respeito da defesa da relevância da cidade. Meneguello (2007, p. 5) afirma que “com a transferência da capital em Minas Gerais, inicia-se um processo de defesa da relevância de Ouro Preto no contexto nacional; porém, não mais como centro político, mas como centro histórico, representante da história do povo brasileiro”. O que nos interessa entender, portanto, é sob quais pressupostos e como se deu esse processo, ao qual os pesquisadores vêm atribuindo pouca importância, e que contribui para solidificar a ideia imprecisa de que a preservação do patrimônio no Brasil é obra sublime dos Modernistas.

Bernard Lepetit (2016) destaca que os eventos do passado possuem uma vasta possibilidade de interpretação no presente histórico, pois o espaço urbano tem a potencialidade de reunir diferentes dimensões, que se combinam e se contrapõem, configurando novas normas de leitura, segundo práticas do presente.

O saber, numa tal configuração, esbarra em dois obstáculos consideráveis. De um lado, o observador, para descrever o mundo, está incapacitado para reconhecer e adotar o bom ponto de vista e a justa distância: sua condição humana opõe-se a isso. De outro, a escolha da escala de observação jamais resulta verdadeiramente numa redução da diversidade do mundo e da singularidade das coisas [...] (LEPETIT, 2016, p. 261)

Dessa reflexão de Lepetit, como destacado por Heliana Angotti-Salgueiro (2016)² pode-se depreender que é necessário, na busca dos caminhos da pesquisa, fazer o cruzamento de fontes, utilizar as múltiplas e complementares escalas de observação (levando-se em conta os diferentes níveis na articulação das conclusões depreendidas de cada fonte e escala) pois abre-se assim um território fecundo no processo científico. Sendo assim, buscando questionar as “verdades” historicamente sedimentadas, esta monografia pretende apresentar outro olhar sobre a história da preservação do patrimônio no Brasil e propor um questionamento sobre o ponto de vista até então aceito e reproduzido.

Tem-se como objetivo geral estudar o período histórico que é marcado pela intensificação da discussão sobre a transferência da capital da província de Minas Gerais, no início dos anos 1890, até as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, em 1911, buscando nos discursos de figuras públicas de destaque, na atuação do poder público e na mobilização da população, uma possível semente do discurso de preservação do patrimônio no Brasil. Como objetivos específicos têm-se: 1) Estudar o

² Prefácio escrito por Heliana Angotti-Salgueiro, em 1999, sobre a relevância da obra do autor, publicado na edição de 2016 do livro de Bernard Lepetit, “Por uma nova história urbana”, pela Edusp.

referencial teórico da trajetória da conservação e restauro no mundo, desde o século XIX até a primeira década do século XX, através dos seus grandes expoentes. 2) Estudar o contexto da chegada da modernidade no Brasil, com a difusão do que foi chamado de “bando de ideias novas”, a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, e a emergência do ideal que culminou com a Proclamação da República, em 1889. 3) Estudar a criação da Empresa de Melhoramentos da Capital, em 1891, o Projeto de Melhoramentos de Ouro Preto e o Projeto de Expansão, do engenheiro municipal Blaksley. 4) Entender o processo de mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897, estudando os discursos dos não mudancistas e a reação da população local. 5) Estudar as festas do Bicentenário de Ouro Preto, em 1911.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, levantamento documental e pesquisa em jornais. O levantamento bibliográfico abrangeu os seguintes conteúdos: a) Trajetória internacional dos conceitos atinentes à conservação e restauração, explorando referenciais teóricos do campo da preservação do patrimônio e grandes expoentes como Viollet-le-Duc, Ruskin, Boito e Riegl; b) emergência do ideal republicano e a trajetória da Escola de Minas; c) processo de transferência da capital para Belo Horizonte, os mudancistas e os não mudancistas; e d) o Bicentenário de Ouro Preto.

Quanto ao levantamento documental, foram coletados, sistematizados e estudados os documentos relativos à Empresa de Melhoramentos da Capital e os jornais locais de 1870 a 1920. O material foi pesquisado nos sites do IPHAN, Diário Oficial da União, e em arquivos, tais como os da superintendência do IPHAN em Ouro Preto, do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, do Arquivo Público Mineiro, das bibliotecas Pública Municipal, da Casa dos Contos e da Escola de Minas, além do Núcleo de Mentalidade e Memória do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (IFAC/UFOP). A sistematização do material, análise e elaboração dos textos foi feita concomitantemente à pesquisa bibliográfica e documental.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este item apresenta dois objetivos e abordagens distintas. Primeiramente, apresentaremos os teóricos do restauro que tiveram proeminência no século XIX, para mostrar que a ideia de patrimônio e de restauração já estavam difundidas na Europa neste momento. Possivelmente, o Brasil não estava estanco a essas ideias, pois parte da elite intelectual brasileira tinha acesso aos livros e demais publicações, viajavam para o exterior e o próprio Brasil recebia viajantes de toda a Europa, o que

nos leva a inferir que acabavam por estabelecer a ponte entre as ideias lá constituídas e no Novo Mundo.

Em um segundo momento, utilizaremos a abordagem de Smith (2006) e Argan (1993) como forma de estabelecer categorias de análise para o conteúdo a ser apresentado no item 5 desta monografia.

2.1. Teoria da Conservação e Restauração no mundo (1849 a 1903)

A noção de patrimônio compreendida pela sociedade ocidental, entendido como bem cultural de uma coletividade, surge no século XV, de acordo com Choay (2001), em uma tentativa de retomar o período clássico para superar um tempo de trevas, como foi compreendido o período medieval. Neste momento passou-se a atribuir valor às obras da Antiguidade Clássica por suas características artísticas e históricas.

Entretanto, a noção moderna de patrimônio cultural está ligada à ideia de construção de uma imagem da sociedade, imagem esta que é valorada por dados vinculados ao passado. Nesse sentido, entende-se que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa foram imprescindíveis para que os processos vinculados à construções das nações europeias fizessem desenvolver o pensamento moderno no século XIX, trazendo também a necessidade de registrar e conservar a materialidade oriunda de um tempo que se foi, incorporando os aspectos inerentes a um determinado sistema de pensamento (de um país ou uma comunidade identificada culturalmente), delineando o conceito de memória, e fortalecendo as identidades nacionais. A noção de patrimônio, portanto, pressupõe o ato de conferir valor aos bens produzidos pelo homem no tempo e no espaço³.

As primeiras medidas oficiais tomadas por um Estado moderno com objetivo de preservar monumentos históricos foram tomadas na França, após o Abade Gregoire ter apresentado ao governo um relatório sobre a situação dos monumentos medievais vandalizados na última década do século XVIII, como mostrado por Kühn (2010). Um dos grandes expoentes da teoria da restauração é o francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, arquiteto e teórico, que participou do processo de afirmação da restauração enquanto ciência na França e ganhou relevância mundial. Viollet-Le-Duc nasceu em 1814, em uma família burguesa e pôde iniciar seus estudos aos 16 anos, quando o debate sobre arte e arquitetura ganhava força na Europa. A formação do autor teve forte influência das experiências que vivenciou nas viagens pela França e

3 Baseado nas Notas de aula da disciplina "Teoria da Restauração I", do Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais, produzida pela Professora Dra. Luciana Bracarense (2012).

Normandia, onde conheceu a fundo a arquitetura medieval. Na Itália, Viollet-Le-Duc estudou sobre a arquitetura clássica, e, ao confrontar com seus conhecimentos sobre a arquitetura medieval, começou a desenvolver suas ideias sobre a existência de princípios verdadeiros por trás da “adequação da forma à função, da estrutura à forma, e da ornamentação ao conjunto” (KÜHL, 2000, p.13).

A primeira obra de restauração coordenada por Viollet-Le-Duc foi a ele designada pelo Ministro do Interior por recomendação do secretário da Comissão de Monumentos Históricos franceses, Prosper Mérimée, em 1834. A então denominada Abadia de Vézelay foi uma das obras que havia sido extremamente danificada após a Revolução Francesa e foi restaurada por Viollet-Le-Duc entre 1840 e 1861. Em 1844, Viollet-Le-Duc ganhou o concurso para restauração da Catedral de Notre Dame de Paris e, em 1846, já reconhecido como grande especialista, foi nomeado para a restauração da Abadia de Saint-Denis. O arquiteto teve um vasto currículo atuando como projetista, restaurador e inspetor em edifícios importantes em toda a França.

A produção bibliográfica de Viollet-Le-Duc começa a ganhar corpo e, em 1849, publica uma instrução técnica que continha ideias adotadas até os dias de hoje nos procedimentos de conservação e restauro, como a adoção de manutenção periódica para evitar restaurações, metodologia de levantamento e diagnóstico do estado de degradação e indicações de como restaurar, como descrito por Kühl (2010). Embora continuasse executando trabalhos práticos foi o “*Dictionnaire raisonné de L’ Architecture française du XI au XVI*”, editado entre 1854 e 1868, e publicado em dez volumes, no qual estava contido o verbete “Restauração” que elevou Viollet-Le-Duc a outro patamar de reconhecimento e consolidou o “Restauro estilístico”⁴.

A sua formulação “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” é lida e interpretada até os dias atuais, não deixando de ser reconhecida como de enorme relevância, embora não seja mais adotada institucionalmente ao redor do mundo. O arquiteto buscava alcançar o modelo ideal de edifício, que estaria, por vezes, por trás da forma com que determinado detalhe ou até mesmo partes inteiras do edifício se apresentam. A linguagem após a restauração deveria ser pura e representar um aperfeiçoamento das formas, técnicas, materiais e estrutura, conforme teria sido feito pelo arquiteto projetista caso ele tivesse tido condições técnicas e conhecimento suficiente para assim executá-lo. Da mesma forma hipotética, um acréscimo ou intervenção anterior ao momento presente da intervenção poderia ser

4 O Restauro estilístico foi preconizado por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e baseava-se na unidade formal e estilística das edificações, buscando a lógica de concepção do projeto utilizada pelo autor para criar um modelo idealizado na “pureza” de seu estilo a ser aplicado nas restaurações a serem realizadas.

mantida caso fosse considerada adequada ao estilo mais puro da obra, ou removida, caso fosse considerada inadequada ou entendida como um equívoco, pois, como demonstra Kühn (2010), ao entender a concepção do projeto com um todo, este “daria respostas unívocas”.

A essa visão de restauração a história não poupou críticas. À medida que o conceito de autenticidade da obra foi ganhando contornos mais definidos e sendo valorizado, e à medida que as marcas deixadas pelo tempo foram entendidas como um aspecto a ser respeitado, parte considerável das formulações de Viollet-Le-Duc perdeu validade. De acordo com Kühn, apenas recentemente os seus estudos sobre os estilos arquitetônicos foram revisitados e, juntamente, seu trabalho com restaurador reavaliado e entendido em relação ao tempo em que fora produzido.

Outro teórico de grande relevância a ser aqui estudado é John Ruskin, que escreveu “*The seven lamps of Architecture*”, em 1849, obra contemporânea à de Viollet-Le-Duc. Estes dois autores tinham posições contrárias em relação à restauração. Ruskin defendia o respeito extremo pelo estado da matéria, isso significava que as transformações de um edifício ao longo do tempo tinham um valor imprescindível para a manutenção da originalidade do bem. Não deveria, portanto, serem realizadas ações de restauro, apenas simples procedimentos de conservação, ou ação alguma de intervenção, de forma que o homem se isentasse completamente de interferir na ação do tempo.

Como discutido por Choay (2006) e Pinheiro (2008), Ruskin, em uma visão romântica sobre o tempo e a sociedade, acreditava que as gerações futuras reconheceriam a matéria que resistiu ao tempo como algo sagrado, pois foram impregnadas pelo trabalho humano e pela intencionalidade dos homens do passado em deixar determinado objeto ou edifício como herança para as gerações vindouras. Para Ruskin, embora a substância dos materiais importasse, a maior potência de um edifício estaria na sua idade, ou seja, quanto mais antigo, maior seria o valor. O autor entendia a restauração como um ato de destruição “acompanhado da descrição falsa da coisa destruída” porque o espírito do construtor não poderia jamais ser recuperado. Assim, o recomendado era não intervir, a não ser em pequenas ações que fossem capazes de impedir a destruição total do bem, e permitir que o processo natural de envelhecimento dos materiais agisse, de forma que aquilo que resistisse seria entregue como um testemunho. Ruskin reconhecia a possibilidade de utilização de escoras, pois as entendia como uma muleta necessária para evitar a perda de um membro, embora as considerasse deselegantes.

O legado de Ruskin se relaciona mais com a beleza da sua visão em relação ao significado de um edifício construído pelo homem, como um elogio ao trabalho, e

menos ao valor estético que poderia ser atribuído ao bem. Essa teoria contribui para fortalecer a ideia de que quase um século antes da patrimonialização de edifícios ou cidades inteiras no século XX, preservadas por seu valor artístico, uma outra mensagem era compreendida como proveniente das edificações produzidas pela humanidade anteriormente ao nosso tempo. Mensagem esta que passava simplesmente pelo entendimento de que o avanço da idade de um edifício, ou o acúmulo de anos de sobrevivência, era algo glorioso e digno de ser repassado aos descendentes.

Outro teórico e arquiteto que deve ser estudado é o italiano Camillo Boito, autor de *Os Restauradores*, publicado em 1884, como resultado de um discurso do mesmo na Conferência de Turim. Boito demonstra grande consciência em relação ao tempo que vivia ao reconhecer que se tratava de uma época em que não era possível identificar um estilo definido e isso tornava mais fácil entender de outros estilos artísticos. Boito diferenciava conservação de restauração e colocou os conceitos em campos opostos, mas os entendia como igualmente necessários a depender se seriam aplicados a obras de escultura, de pintura ou de arquitetura. Enquanto para a escultura Boito refutava a possibilidade de restaurá-la, para a pintura defendia realizar menos procedimentos quanto fosse possível. Já para a arquitetura, diferentemente de Viollet-Le-Duc e Ruskin, Boito acreditava na conservação da originalidade da obra no sentido de que seria possível conservar o “velho aspecto artístico e pitoresco” com intervenções que o próprio define como milagrosas.

Camillo Boito acreditava que os complementos e as adições que fossem consideradas indispensáveis poderiam ser realizadas desde que demonstrassem ser obras do tempo presente, e não falsificações do antigo. Essa característica documental da teoria de Boito, bem como a definição dos preceitos da anastilose, que seria a substituição por réplicas de partes danificadas desde que fossem realizadas em material diferente e que as partes originais fossem expostas em local próximo, lhe renderam a responsabilidade por definir o que foi chamado de “restauro filológico”, mais tarde compartilhada com Gustavo Giovannoni e outros arquitetos e restauradores italianos, visão consolidada nas Cartas dos anos 1930.

O restauro filológico⁵ preconizava o respeito às várias fases das obras ao longo do tempo, não admitindo o retorno a um suposto estado original. A denominação

5 O Restauro filológico, ou científico, apresenta diretrizes de respeito pelas várias estratificações do bem e de diferenciação da ação realizada no tempo presente da intervenção. Aos restauradores caberia um papel de arquivista histórico, que deveria fundamentar sua ação exclusivamente em testemunhos seguros. Dentre os princípios enunciados por Boito, ainda no século XIX, e, mais tarde, reforçados por Giovannoni, na *Carta Italiana do Restauro* (1931-1932, revisada em 1938), destacam-se: o papel duplo que assumem os monumentos – para o estudo da arquitetura e como documentos históricos; a preferência da consolidação em relação à reparação e sucessivamente à restauração; adições e

“restauro filológico” se deve à semelhança com as “edições críticas de textos, em que, ao tratarem-se as lacunas do documento, quaisquer interpolações e interpretações são feitas através de elementos diferenciados: tipo e cor da letra, notas à margem do escrito” (KÜHL, 2010b, p.294).

Os autores que se seguiram na trajetória da preservação do patrimônio no mundo ocidental utilizaram características desses três autores já apresentados para construir formulações que mais se adequam ao entendimento que temos hoje. É importante ressaltar que essas teorias não são obras geniais e exclusivas de um autor, geralmente tratam-se de um acordo entre a discussão que estava em curso à época, representando um grupo de estudiosos que igualmente contribuíram para o campo de pesquisa. Por fim, o último teórico da restauração que teve sua obra repercutida no início do século XX e que bebeu na fonte das obras dos anteriores, é o historiador da arte vienense Alois Riegl, que escreveu “O culto moderno aos Monumentos”, publicado em 1903. Cunha (2006) esclarece que esta obra foi escrita enquanto Riegl era presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria e havia sido encarregado de reorganizar a legislação de conservação dos monumentos austríacos, portanto, trata-se de uma base teórica cujo objetivo era fundamentar a prática e orientar tomadas de decisão. Neste texto, Riegl define obra de arte, monumento histórico e monumento e diferencia três categorias de valores: o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor de rememoração intencional.

Obra de arte, para o autor, é toda obra humana apreciada pelo tato, pela vista ou pelo ouvido que mostra um valor artístico. Para Riegl o valor artístico é relativo, não absoluto, no sentido em que pode variar segundo o ponto de vista de cada um, obedecendo às exigências da vontade artística moderna. Monumento histórico é toda e cada uma dessas obras que possuir valor histórico, ou valor para a história da arte.

Monumento seria uma obra criada pelo homem com o intuito preciso de conservar a lembrança de uma ação ou destino para sempre e viva na consciência das gerações futuras. Nesse sentido, o monumento relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de uma sociedade ou grupo, enquadrando-se nos chamados monumentos intencionados, que, diferentemente dos não-intencionados, possui um propósito claro de natureza afetiva. Choay (2001) explica que o monumento atua sobre a memória de forma precisa, não neutra, fazendo-a invocar um passado localizado e selecionado para fins vitais, no sentido em que pode contribuir para preservar a identidade de um grupo de pessoas. Esse tipo de monumento, embora

construído pelas sociedades humanas desde épocas remotas, difere do que, segundo Riegl, é o monumento histórico, criado pelos homens na modernidade.

O valor de antiguidade, para o autor, é um dado imediato, reconhecido facilmente pela aparência de envelhecimento do edifício. Como foi possível perceber, Ruskin era um defensor de uma espécie de “valor de antiguidade”, percebendo as criações humanas como passageiras e entendendo a degradação como característica intrínseca dos materiais. Riegl diferenciava o valor de antiguidade moderno daquele defendido pelos românticos, que, segundo ele, cultivavam um “deleite voluptuoso pela dor”. Para o autor a concepção moderna vê nas ruínas a manifestação do ciclo natural a que se submete inelutavelmente toda obra humana.

O valor histórico, não por acaso, se relaciona com toda a noção moderna de história, o que quer dizer que é atribuído a tudo aquilo que passou e não pode voltar a ser no tempo presente, pois pertence à cadeia do desenvolvimento, “constitui um elo insubstituível e intransferível” não passível de ser reproduzido.

O valor de rememoração intencional é o que mais se aproxima do valor de contemporaneidade. Este remete à busca pelo “eterno presente” e exige do monumento a perenidade do estado original, não sendo possível que ele se converta em passado. Por fim, o valor de contemporaneidade, apresentado pelo autor, é aquele que exige que o monumento se apresente da mesma forma que a criação moderna recente, em perfeita integridade, como se não fosse suscetível à ação do tempo. Nesse sentido, Cunha (2006) discute que nos nossos dias esse valor de novidade permanece se sobrepondo ao valor de antiguidade, ao contrário do que Riegl previu que aconteceria. Para a autora, na sociedade contemporânea o patrimônio histórico é utilizado para reafirmar a luta dos homens contra a dissolução e a morte.

Com exceção de Riegl, que foi mais poupado, os demais autores aqui apresentados foram duramente criticados ao longo do século XX. Mesmo com tantas críticas, parte considerável da produção dos quatro autores aqui tratados foi rediscutida e aperfeiçoada. Logo após a I Guerra Mundial a preocupação com o risco de perda das “obras históricas e artísticas do passado” motivou arquitetos e técnicos de monumentos históricos de vários países a se reunirem na Conferência do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações⁶, em Atenas, em outubro de 1931. Discutiram-se temas relativos à conservação e restauração de forma que as conclusões gerais, recomendações e os consensos estabelecidos entre os participantes foram redigidos, dando origem ao documento que ficou consagrado

6 A Sociedade das Nações, ou Liga das Nações, foi uma organização internacional cuja missão era assegurar a paz mundial após o término da I Guerra Mundial. Essa foi idealizada pelos países vencedores reunidos em Paris, em 1919. Com a II Guerra Mundial, a organização foi extinta e sua função incorporada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946.

como Carta de Atenas. Essa carta é uma marca fundamental na história das formulações intergovernamentais, que passam a estabelecer, a partir de então, diretrizes para a “conservação de monumentos e obras de arte”.

A relevância da obra desses autores para a historiografia e para as práticas do restauro não podem ser negadas, pois há que se compreender que são formulações que ainda comportam inúmeras interpretações e releituras.

É preciso, também, reconhecer as repercussões de suas formulações teóricas ao redor do mundo ainda no século XIX. Não podemos deixar de considerar que mesmo com a precariedade dos sistemas de comunicação na virada do século XIX para o XX, as ideias circulavam e provocavam diálogo até mesmo em países “fora do eixo” da produção científica e cultural como o Brasil àquele tempo.

2.2. O caminho dos conceitos e práticas de patrimônio no século XX

Faremos aqui um breve panorama sobre a trajetória da preservação do patrimônio, sob a perspectiva das Cartas Patrimoniais, para entender como se chegou à compreensão do patrimônio cultural como processo, desenvolvida por Laurajane Smith, que será discutida no próximo item.

Considerando a Carta de Atenas como um marco, tem-se que os pontos discutidos mais intensamente tratam dos conceitos e práticas que envolvem a conservação do edifício em si, limitando o entorno do monumento à área adjacente ou próxima ao mesmo, sob a qual deveriam pesar encargos excepcionais. A conferência de Atenas deixou clara a posição contrária ao “restauro estilístico” e adotou a visão expressa pelo “restauro filológico”, de Camillo Boito e Gustavo Giovannoni. Sabe-se que dois representantes italianos presentes na conferência, Gustavo Giovannoni e Giorgio Nicodemi, expuseram questões que já permeavam o debate na Itália e estavam bastante avançadas com relação ao que ficou registrado no documento final da Carta de Atenas. Tanto nas falas da conferência, quanto no livro “Vecchie Città ed Edilizia Nuova”, de Giovannoni, publicado também em 1931, fica clara a presença de uma dimensão que abrangia a “dimensão urbana da conservação e sua integração nos procedimentos de planejamento urbano”, como destaca Campello (2013, p.147).

O impulso provocado pela Carta de Atenas se deu, sobretudo, no sentido do estabelecimento de critérios de valoração das edificações antigas, do conhecimento dos bens que seriam considerados aptos à proteção pelo Estado, da sistematização dos princípios que deveriam nortear as intervenções de restauro e consolidações, e da cooperação internacional. A partir da tomada de consciência a respeito do valor que determinados bens possuíam para contar a história da humanidade e expressarem-se

enquanto obras de arte foi possível propor um sistema de cooperação internacional que mediasse as questões envolvidas na preservação de bens culturais e que a institucionalização da preservação do patrimônio fosse incitada e orientada, o que acabou acontecendo em diversos lugares dos mundo, inclusive no Brasil.

A destruição ocorrida na II Guerra Mundial deixou uma grave lacuna no que havia sido enunciado na Carta de Atenas e nas propostas do restauro filológico. Essa devastação provocou uma “crise metodológica” (KÜHL, 2010, p.297), que deveria ser suprida pela cooperação intelectual como forma de subsidiar intervenções, acompanhar o desenvolvimento das nações e patrulhar os governos para garantir o estado de paz. A Sociedade das Nações, e, após a II Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) assumiram papéis cruciais no sentido de promover a internacionalização dos procedimentos e métodos relacionados à preservação do patrimônio, bem como o aprimoramento da sua dimensão normativa.

Os esforços conjuntos de várias nações e a repercussão internacional da questão patrimonial propiciaram a organização, em 1964, do II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em Veneza. A discussão que estava na base da Carta de Veneza consistia no estabelecimento de organizações internacionais voltadas para a cultura (KÜHL, 2010). Um grande passo é dado no sentido de aprimorar o conceito de monumento histórico e sítios monumentais em relação ao que foi definido na Carta de Atenas, bem como na abordagem que deve ser adotada nas ações de conservação e restauro. O monumento histórico e artístico passa a ser criação arquitetônica (podendo ser isolada, sítio, urbana ou rural) e não apresenta restrição temporal para ser considerado digno de se constituir em um testemunho. A valoração sofre um deslocamento do valor excepcional para a significação cultural, passando a ser objeto de determinações especiais que os vinculam ao meio ambiente em que se inserem, embora este ainda não seja muito bem caracterizado.

Os princípios da Carta de Veneza são considerados válidos até os dias de hoje pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Outras cartas foram elaboradas no sentido de integrar o que está enunciado no documento de Veneza, mas este permanece sendo adotado oficialmente.

A partir da década de 1960 o turismo, em sua relação com a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico, foi incluído na ordem do dia. No contexto interamericano, em 1967, realizou-se uma Reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, em Quito, que deu origem às Normas de

Quito. Nesse documento, expressões como planos de desenvolvimento, progresso econômico, patrimônio cultural, ordenação urbanística e turismo ganham ainda mais força. O informe final da Reunião recomenda a adoção da Carta de Veneza como preceito mundial e trata, primeiramente, da utilização do termo "patrimônio cultural", ao apresentar os bens culturais como sendo suscetíveis de constituírem-se instrumentos do progresso e possuírem valor econômico. O documento também sinaliza para a necessidade de constituição de uma política oficial. No mesmo sentido, de acordo com o informe, a declaração de monumento nacional implica a identificação e registros oficiais do bem pelo Estado. Antes disso, o bem, mesmo com valor intrínseco, não constitui um monumento. No que se refere à abordagem do monumento, o valor se estende categoricamente ao contexto urbano e as "normas protecionistas e os planos de revalorização têm que estender-se, portanto, a todo o âmbito do monumento". Este passa a ter uma função econômica destacada e a necessidade de que o mesmo cumpra uma função social passa a ser pautada.

As Normas de Quito foram, simultaneamente, espaço de debate da política cultural que estava sendo adotada nos países membros no final da década de 1960 e subsídio aos aprofundamentos e avanços a serem colocados em prática em diversos países do mundo. O aumento do repertório sobre a questão patrimonial, o aumento da abrangência do conceito de patrimônio e a possibilidade de assistência e cooperação entre as nações abriu uma porta para a discussão do turismo como ferramenta de desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento.

A inserção do Brasil neste cenário se deu, principalmente, através da participação do IPHAN nessa rede de cooperação internacional, e, mais tarde, na figura do seu diretor, Renato Soeiro⁷, que teve atuação destacada na reunião da OEA. A partir de meados da década de 1960, houve uma mudança na direção das políticas públicas, bem como um redirecionamento dos recursos, incluindo as áreas da preservação do patrimônio, do planejamento territorial e do turismo. Na década de 1970 foram realizados dois Encontro de Governadores em que se constatou a dificuldade de financiamento das iniciativas de preservação do patrimônio, tendo sido, então, recomendada a convocação do Banco Nacional da Habitação (BNH) para financiar as obras em edifícios tombados, bem como a criação de um fundo especial em âmbito nacional e estadual para dotações orçamentárias, doações e outros incentivos fiscais. Além disso, no sentido de prever avanços, ficaram previstos estímulos às manifestações de caráter popular e folclórico (calendário de festas, apoio

⁷ A gestão de Renato Soeiro no IPHAN se iniciou em 1967 e terminou em 1979, quando o IPHAN se inseriu definitivamente no corpo do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH).

aos festivais, exposições e apresentações), avançando no entendimento do que deveria ser considerado patrimônio.

Já na década de 1970, a Recomendação de Paris, escrita em novembro de 1972, fruto da 17ª reunião da Conferência Geral da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural frisou que os Estados deveriam adotar uma política geral com vistas à determinação de uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e à integração deste nos programas de planificação geral. Neste encontro foram reatualizadas definições extremamente importantes como as de “monumento”, “conjuntos” e “locais de interesse”, estabelecendo uma separação de sentido clara entre esses conceitos.

A Declaração de Amsterdam, resultado do Congresso do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, publicada em 1975, evidenciou a necessidade de criação de uma nova política: de proteção e conservação integrada. Os programas de reabilitação surgem como vocabulário usual no âmbito da preservação do patrimônio cultural. O documento de Amsterdam chama a atenção para o fato de que a reabilitação de bairros antigos, ao contrário do que vinha sendo praticado, deveria ocorrer sem modificações significativas na composição social dos habitantes, pois a população como um todo deveria se beneficiar de ações realizadas com fundos públicos. A proteção dos bens deveria ser concebida dentro de uma perspectiva global, abrangendo os edifícios modestos, os da época moderna e o ambiente que os integra.

A Recomendação de Nairóbi, de 1976, foi fruto da 19ª sessão da UNESCO para a Educação, a Ciência e a Cultura. Dentre os métodos de salvaguarda apresentados na recomendação destaca-se a necessidade de adaptar a legislação existente ou criar novos dispositivos, bem como revisar as leis relativas ao planejamento físico-territorial, ao urbanismo e à política habitacional de modo a coordenar e harmonizar as ações, adaptando-as às exigências da vida contemporânea. Desta recomendação destaca-se o fato de que as medidas de salvaguarda⁸ não poderiam causar ruptura da trama social e que deveriam ser apresentadas medidas para fomentar o interesse de toda a população nos trabalhos através da educação, formação prática, formação especializada dos técnicos e artesãos. Pela primeira vez, as atividades humanas, mesmo as mais modestas, são incorporadas na relação das estruturas arquitetônicas com o ambiente e as zonas circundantes.

Ao fazer um balanço da década de 1970, constata-se que a indústria imobiliária se consolida ao mesmo tempo em que o conceito de preservação de áreas urbanas

⁸ "A identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno" (RECOMENDAÇÃO DE NAIROBI, 1976, p.3)

ganha força e o de patrimônio se amplia. A partir deste momento, o patrimônio imaterial passa a figurar entre as escolhas de preservação em âmbito internacional e também no Brasil, alterando a compreensão de valor e influenciando as escolhas de preservação das políticas nacionais e locais de preservação do patrimônio. No entanto, mesmo com a expansão conceitual e a verificação de alguns reflexos nas ações de preservação, o ponto chave ao qual queremos chegar, que é o entendimento de patrimônio cultural como processo, não se estabelece.

2.3. Patrimônio como processo cultural

No sentido de trazer uma discussão mais ampla a respeito do patrimônio, que seja capaz de englobar perspectivas fora do alcance do patrimônio dito “autorizado”, ou reconhecido pelos órgãos oficiais, trataremos do termo “patrimônio cultural” como abordado por Laurajane Smith (2006). A autora propõe uma reconfiguração da natureza do conceito, o que nos permite olhar para este tema de forma holística e capturar diferentes visões de mundo e encontrar chaves de análise mais precisas para atender nosso objetivo.

Para a autora, patrimônio ultrapassa as barreiras do objeto material, e sugere: “heritage is what goes on at these sites”, ou seja, é tudo que se passa em um determinado território, cujo valor foi percebido pelos sujeitos sociais. A autora afirma que se trata de um processo firmado com as ações de rememoração, que trabalham no sentido de criar formas de compreensão e engajamento com o tempo presente. A matéria seria, então, uma ferramenta cultural facilitadora desse processo, não “a história completa do que viria se ser patrimônio” (SMITH, 2006, p. 44, tradução nossa). Para tanto, importa mais a ação de determinado grupo de pessoas no seu território cultural e o que elas realizam (subjetivamente e culturalmente) a partir do entendimento desse conceito.

Através de uma experiência vivenciada com um grupo de mulheres indígenas do Norte da Austrália, chamado Waanyi, em que a tomada de consciência sobre o patrimônio e sobre o território da tribo por parte dessas mulheres tinha se tornado vital para o sucesso de negociações com a agência responsável pela delimitação de um parque nacional, a autora exemplifica o que seria “teatro da memória”. Este conceito foi formulado por Samuel (1994) e Smith explica: seria um teatro no qual os sítios de fato cumpririam um papel mnemônico, mas também forneceriam o pano de fundo, o cenário e, especialmente, o senso de ocasião para os agentes que estariam, ao mesmo tempo, recebendo e transmitindo significados culturais e conhecimento, (re)incorporando e produzindo memórias. A autora conclui que esse grupo exemplifica

patrimônio cultural como o ato em si de transmitir conhecimento no contexto e no tempo culturalmente corretos ou apropriados. Existir no território específico e em redes de socialização seria genuinamente experienciar o sentido de patrimônio.

Para a autora, “heritage is not static or ‘frozen in time’”, ou seja, o patrimônio não é estático no tempo, ao contrário, é uma mentalidade que cria novos valores à medida que é exercitada, podendo se constituir como ferramenta de reforço da autoridade de certas narrativas, reproduzindo o discurso autorizado (o que é ameaçador, sob muitos aspectos, para culturas historicamente fragilizadas). Para explicar melhor seu argumento e delimitar conceitos que são frequentemente confundidos na área do patrimônio, a autora propõe o trabalho em cima dos temas: identidade, poder, memória, lugar, performance e dissonância, que serão agora reproduzidos e posteriormente usados como categorias de análise.

Smith refere-se ao conceito “identidade” no plural. As identidades são constituídas mais por um conjunto de práticas e hábitos simbólicos, banais e frequentes, do que pelo edifício monumental ou esteticamente impressionante, dotado de valor de excepcionalidade. O banal, inconscientemente, provoca a lembrança e promove a identificação. Para a autora, essa construção tem uma natureza política, o que significa que as identidades têm potencial como instrumentos de subversão, mas, diante da dominância da tese do capital cultural, têm sido utilizadas como ferramentas de governo das populações, sendo definidas e legitimadas nos processos de construção do discurso e de valores.

O conceito de poder é definido como sendo a subjetividade que permeia o patrimônio e, para entendê-lo, é preciso desarticular a objetividade que mascara o conceito de patrimônio e afastar a obsessão pela materialidade. Como não poderia deixar de ser, Smith recorre à compreensão Japonesa para propor não um entendimento mais apurado do que seria o patrimônio imaterial e as práticas culturais mutáveis, mas uma fusão entre os dois conceitos: de patrimônio tangível e intangível. Dessa forma, a intangibilidade estaria, definitivamente, inerente ao conceito de patrimônio e possibilitaria que esse “poder do lugar” evocasse emoções, memórias e ativasse o pertencimento, estabelecendo relações novas entre passado e presente.

Smith afirma que o trabalho com a memória e os estudos sobre a memória vêm crescendo substancialmente desde a década de 1980. Diferentemente da história (enquanto campo de estudo), que é correntemente tratada como uma acumulação de fatos dentro de uma narrativa autorizada, a memória, tem sido perigosamente colocada em campo oposto, vista como fator subjetivo e não confiável. A memória é sujeita à legitimação cultural e é disputável no processo de construção de significado. Nesse contexto, a prova de legitimidade das memórias e das comemorações

evocadas pelos sítios patrimoniais é privilegiada em relação à própria atividade emocional ou subjetiva que esta desencadeia, e até mesmo em relação aos significados que essa atividade poderia despertar à margem da narrativa autorizada. O tempo presente é o único no qual continuamente se recria o passado, segundo a compreensão de Nora (1989), e no qual se dá o processo cultural que Smith chama de “meaning making”, que pode ser traduzido como produção de significado, que se dá através do ato subjetivo de lembrar e do ativo de provocar lembranças. A memória, então, deveria ser entendida como um elemento de constituição das identidades e um processo pelo qual o coletivo ganha liga, e através do qual diferentes mundos são concebidos.

O sentido mais imediatamente reconhecido da performance em patrimônio é o da comemoração, que pode ir desde um ritual nacional associado a eventos até o mais pessoal, como aniversários. Smith recorre a outros autores para explicar que um evento comemorativo (performance) engendra emoções fortes ligadas às memórias coletivas e às identidades, que são, simultaneamente, mantidas e transmitidas aos mais jovens, que podem, por sua vez, contestá-las ou reproduzi-las. O conceito da performance envolve dois atores: o artista e a audiência, que podem, inclusive, ser ao mesmo tempo um e outro. O entendimento desse conceito é muito importante para o objetivo deste trabalho, especialmente quando trataremos das festas do Bicentenário, pois inclui a participação do corpo social em eventos patrimoniais, ou até mesmo o simples fato de visitar lugares considerados “históricos”. Neste caso, os visitantes são audiência e se tornam parte do enredo no momento em que a ação de rememoração é entendida como performance.

Para a autora, o conceito de lugar envolve dois aspectos fundamentais: a “fiscalidade do lugar” e o “lugar social”. Apesar de a materialidade atribuída ao patrimônio fornecer um caráter de imutabilidade aos valores e significados, estes não são fixos, mas sujeitos à negociações e mudanças. O lugar é uma expressão da experiência humana em sociedade e uma consequência dessas inter-relações. Nesse sentido, a pluralidade de significados que podem ser atribuídos ao espaço pelos seres humanos é aspecto basal e deve ser aceita de forma irrestrita. Esses significados devem ser, portanto, contestados e negociados, e o lugar encarado como uma colagem feita de intersecções e sobreposições de experiências vividas. O que, obviamente, não ocorreu de forma pacífica e justa ao longo da história. Por fim, o entendimento da cidade como lugar de administração de tensões e valores nos leva ao conceito de dissonância.

O entendimento de dissonância pressupõe a consciência de que o patrimônio é criado pela interpretação (também por como e por quem é interpretado), do que

derivam mensagens específicas sobre valoração, significado dos lugares e o passado que eles representam. Como o passado é valorado e entendido diferentemente por pessoas ou grupos, a narrativa pode validar, ou não, o real senso de lugar. Isso explica a natureza dissonante do patrimônio cultural, que, “por um lado, se relaciona com regulação e legitimação, e por outro, é sobre elaborar, contestar e desafiar uma série de identidades culturais e sociais” (SMITH, 2006, p.82, tradução nossa).

Para ilustrar alguns desses conceitos aqui abordados, vamos retomar um exemplo clássico dado por Argan ao discutir os pontos que afastam da experiência, e portanto, da consciência humana o conceito de cidade. É sobreposição da “infinita variedade de valores simbólicos que os dados visuais do contexto urbano podem assumir” e “os significados da cidade para cada um de seus habitantes” (representados pelos mapas mentais de Lynch). Essa sobreposição da experiência inconsciente, segundo Argan (1993, p.231), em uma hipótese, considerada por ele mesmo como absurda, se assemelharia a uma pintura de Jackson Pollock (Figura 01):

[...] um mapa imenso, formado de linhas e pontos coloridos, um emaranhado inextricável de sinais, de traçados aparentemente arbitrários, de filamentos tortuosos, embaraçados, que mil vezes se cruzam, se interrompem, recomeçam e, depois de estranhas voltas, retornam ao ponto de onde partiram (ARGAN, 1993, p.231).



Figura 1: Pintura de Jackson Pollock (1942-1947). Fonte: Museu Guggenheim.

Para Argan, a experiência da cidade e da vida urbana trabalham a memória e imaginação. Como vimos pelo relato de Smith (2006), a experiência em uma pequena tribo indígena por um grupo de mulheres teria potencial suficiente para produzir um emaranhado de significados, memórias, criar referências, identidades e colocar valores em conflito. A dissonância é inerente às relações sociais, independente se estas se dão na metrópole do século XXI ou em uma vila do século XIX. O que queremos dizer é que tanto a atribuição de valor de patrimônio, quanto a construção da narrativa histórica são permeadas por conflitos, tensões e acordos, e é exatamente isso que pretendemos mostrar a partir de agora com a apresentação do panorama de Ouro Preto no final do século XIX e início do XX, e com a reprodução e interpretação de parte dos discursos dos atores que, além de performarem, tiveram legitimação histórica suficiente para escrevê-la.

[...] As gerações que nos precederam construíram monumentos, palácios, catedrais, que até hoje constituem dados, condições, limites para o planejamento urbano. Mas a objeção não tem fundamento, porque os antigos construíram esses edifícios para suas exigências, não para as nossas – e, sem dúvida, construíram-nos sólidos e imponentes para que permanecessem no futuro, mas com a idéia de que permanecessem eternamente válidos os valores que esses edifícios deveriam representar. Livres as gerações posteriores para demoli-los, como foi feito e, infelizmente, se continua a fazer. Trata-se, enfim, de uma herança, não de um planejamento. Se conservarmos esses monumentos, o fazemos porque esta é uma exigência da nossa cultura, tanto assim que atribuímos a eles um significado completamente diferente daquele para o qual foram construídos. (ARGAN, 1993, p. 226)

3. OURO PRETO EM FIM DE SÉCULO

Enquanto na Europa do século XIX o movimento de emancipação do ser humano e a percepção de uma “nova sensibilidade”, discutida por Bresciani (1985), levava o homem a entender-se como vencedor sobre a natureza e a atribuir às máquinas e seus mecanismos o motivo da vitória nesta guerra, no Brasil o contexto, embora conectado de alguma forma, era outro.

O século XIX conferiu todo o poder transformador e produtor da abundância à máquina, não só como possibilidade de superação do reino da necessidade, mas também como fator de transformação da estrutura social, como mostra Bresciani (1985, p. 37). Enquanto na Europa o estranhamento do ser humano em relação ao mundo que vivia estava ligado ao vulto que as máquinas, as multidões e as cidades tomavam, no Brasil essa sensação se conectava muito mais à descoberta da ciência como forma de emancipação política e intelectual em relação aos mandos e desmandos do Estado e da Igreja. O que se verificou, portanto, a partir da segunda

metade do século XIX, foi um importante movimento de valorização da ciência, busca do conhecimento e formação de profissionais qualificados para enfrentar as dificuldades que a crise do Império e das instituições religiosas começava a impor.

A partir da década de 1870 Minas Gerais viveu um fenômeno, que se verificou também nos demais centros culturais do país, que ficaria caracterizado como “um bando de ideias novas” (RODRIGUES, 1986, p. 135). Essas ideias novas deram vazão a um movimento de mudança da capital da província de Minas Gerais. Ouro Preto, que era a capital, era considerada inadequada e atrasada sob todos os aspectos.

3.1. O declínio de Ouro Preto e a emergência de “novas ideias”

O fim do século XIX (Figura 02) Ouro Preto foi marcada por um cenário de crise econômica e graves problemas sociais. A crise da mineração aurífera, que vinha atingindo economicamente a cidade desde a segunda metade do século XVIII, mostrava sua força com a queda incessante da população, a diminuição dos negócios e a decadência da vida cultural. De acordo com Prado Jr. (2011, p. 177), a indústria mineradora “no alvorecer do século XIX [...] já tocava sua ruína final” devido, principalmente, à ausência de técnicas e tecnologias que permitissem a continuidade da exploração das riquezas minerais.



Figura 2: Vista parcial de Ouro Preto (1880-1890). Fonte: APM.

Os instrumentos usados, a rotina dos processos, a ignorância completa dos mineradores em tudo quanto dizia respeito ao seu ofício, salvo os conhecimentos empíricos adquiridos pela experiência e que se reduziam a umas poucas medidas, sempre as mesmas, impossibilitaram, num momento

dato e em cada caso, a continuação da exploração (PRADO JR., 2011, p. 178).

Lima (2016) ressalta que a historiografia, por algum tempo, entendeu que Ouro Preto, parecia depender do seu papel como sede do poder administrativo da província para continuar se sustentando diante da imagem de arcaica, irracional e atrasada que se espalhava.

No entanto, a partir dos anos 1990, alguns estudos demonstraram que os habitantes das regiões mais afetadas pela dinâmica das minas conseguiram se adaptar à realidade imposta pela queda da produção mineral, orientando o montante de recursos acumulado para o beneficiamento de produtos agrícolas e a produção de mercadorias artesanais. Podemos inferir, nesse sentido, que, apesar de uma faixa da população ter enfrentado um aumento do desemprego e da escassez, outra parte, que já se apoiava na diversificação das atividades produtivas, trazia um equilíbrio para a cidade que não transparecia na imagem que era difundida. Imagem esta que só contribuía para acelerar uma possível decadência e subsidiar o ideal propagado pelos que se auto intitulavam representantes de um novo tempo, “de mudanças incessantes, relações dessacralizadas, que preconizavam o futuro” (BELO HORIZONTE, 1997, p.13). Essa percepção contribuiu para alimentar o discurso mudancista ao longo da segunda metade do século XIX, quando insurgiram algumas iniciativas de transferência da capital mineira.

Além disso, outras regiões mineiras, beneficiadas pela cultura do café e pela proximidade com o Rio de Janeiro e São Paulo, experimentavam crescimento, o que tornava a comparação com a situação de Ouro Preto ainda mais contrastante. De acordo com Lima (2016, p. 52), o que foi registrado nos textos deixados pelos estrangeiros que residiram ou visitaram Ouro Preto ajudam a corroborar a imagem de arcaica da cidade. Em 1860, o viajante inglês Richard Burton além de ter registrado um “olhar depreciativo sobre a cidade” expressa sua opinião a respeito da ideia já ventilada de mudança da capital para um local que se mostrasse mais adequado para tal fim.

Lima (2016, p. 53) afirma que em 1867 o deputado Padre Agostinho Francisco Paraizo, representante do Serro na Assembleia Provincial, havia colocado em votação no plenário a possibilidade de transferência da capital para a região do Rio das Velhas. Assim como parte considerável da elite mineira, Padre Paraizo percebia Ouro Preto como um lugar incapaz de continuar a produzir riquezas, que só geraria gastos para a província de Minas Gerais, que possuía um “futuro grandioso”. A proposta foi aprovada em plenário, mas não foi encaminhada porque o então presidente da província considerou que essa mudança representaria um grande gasto que só traria retorno

para a região escolhida, em um momento em que grande parte da receita provincial estava destinada aos cofres da União para a Guerra do Paraguai (Figura 03).

Na última década do século XIX, à época da composição da Comissão de Estudo e Construtora⁹ da nova capital, embora a discussão sobre a nova localidade da sede estivesse fervilhando, não restava dúvida sobre a impropriedade da manutenção de Ouro Preto como capital, especialmente porque os relatórios e textos produzidos pela comissão praticamente não abordaram, diretamente, este tema, como frisado por Dantas (2010, p.6).



Figura 3: Saída das tropas da Praça Tiradentes para a Guerra do Paraguai.

O autor afirma que a batalha simbólica pela capital moderna, “construída sob os imperativos da higiene, da estética neoclássica e da fluidez da circulação e das comunicações, já estava ganha, em detrimento das velhas vilas e arraiais coloniais”. Ou seja, em 1894, quando a Fazenda do Leitão no Arraial do Curral Del Rey¹⁰ foi desapropriada, a permanência da capital em Ouro Preto parecia não ser mais algo a ser cogitado. Era preciso assegurar as conquistas da modernidade e possibilitar uma vida compatível com o progresso, longe das condições topográficas precárias de Ouro Preto, da falta de saneamento e da irregularidade da ocupação.

A consolidação deste novo período, em que era preciso romper com a Velha Ordem, se deu em decorrência de um conjunto de fatores, dentre os quais Rodrigues (1986) destaca: i) os rumos que a política monárquica estavam tomando; ii) o esvaziamento da política imperial escravocrata; e iii) a crise do espiritualismo eclético

⁹ A Comissão de Estudo e a Comissão Construtora era coordenada por Aarão Reis, e sua missão inicial era estudar localidades indicadas para a nova capital.

¹⁰ Localidade eminentemente rural surgida nos primórdios do povoamento em Minas Gerais que foi arrasada para a construção da nova capital do estado, Belo Horizonte. O Casarão da antiga Fazenda do Leitão, construído em 1883, que se situava no Arraial do Curral Del Rey, é o único remanescente da arquitetura desta localidade.

e das instituições civis. Segundo o autor, o movimento de ideias novas não tinha uma unidade ou estruturação, mas correspondia aos focos coincidentes de reação à política monárquica, que passaria então por um exame crítico. Neste contexto, duas correntes de pensamento se destacaram como saídas a serem avaliadas: o culturalismo, que tinha como “objetivo principal situar-se contra o tradicionalismo católico e seu ideário de restauração das instituições políticas”; e o positivismo, que “tentou colocar em cheque a monarquia e a Igreja”, mas possuía um caráter mais autoritário e elitista (RODRIGUES, 1986, p.136).

Outro elemento importante desse movimento que se dava no Brasil em geral, e tinha forte correspondência em Minas Gerais era a valorização dos autores e escritores que contestavam as ideias vigentes, conferindo às ciências naturais um papel de destaque. “A Escola de Recife seria a sede do movimento contestador e antisistema, contrário às ideias espiritualistas” (RODRIGUES, 1986, p.136), num momento em que outros centros de ensino emergiam dessa efervescência sedenta pela investigação do mundo. Em Minas Gerais, verificou-se grande influência da Escola de Recife e da Academia de Direito de São Paulo no desenvolvimento do seu cientificismo. Era necessário difundir “um ideal de progresso e desenvolvimento que sacudisse estas terras do atraso cultural e científico” (RODRIGUES, 1986, p.137), e esse movimento estava encontrando interlocução em Minas e em Ouro Preto.

Como foi possível perceber, o futuro de Ouro Preto e da nova capital tratava-se de um debate entre elites letradas nacionais e ouropretanas, especialmente os não mudancistas. Esse grupo teve um papel fundamental, pois além de ter tensionado por muito tempo o território da disputa política, seus integrantes atuaram como críticos dos planos para o Arraial do Curral Del Rey (e de outras regiões fortalecidas pela cafeicultura que foram apontadas para receber a nova capital) e também contribuíram para a elaboração dos planos de modernização e expansão de Ouro Preto.

Essa disputa tem muito a dizer, primeiramente, sobre a mentalidade do homem no século XIX e o “bando de ideias novas”. Em uma segunda análise, essa disputa escancara a não linearidade dos eventos históricos, sempre marcados por movimentos, reformulações e avanço de ideias, retrocesso de decisões, políticas e práticas, em um processo marcado por contradições, como podemos perceber de forma exemplar na trajetória da Escola de Minas de Ouro Preto.

3.2. A Escola de Minas de Ouro Preto

Uma das formas pela qual Ouro Preto participou ativamente dessa busca pelo progresso e desenvolvimento foi através da fundação da Escola de Minas, em 1875. A

cidade de Ouro Preto era até então vista como centro mineiro e de pequenas fábricas de ferro, distante cada vez mais da ideia de centro de civilização (CARVALHO, 2002). Embora inserido no contexto da “geração ilustrada”¹¹, o surgimento de uma escola de nível superior em Ouro Preto se deu de outra forma. O autor afirma que a Escola de Minas foi criada mais por voluntarismo político do que por exigências sociais. A fundação e manutenção da Escola Mineira contou diretamente e constantemente com o apoio do imperador D. Pedro II. Este foi o principal incentivador das ideias e propostas de Henri Gorceix¹², consultor francês que fundou efetivamente a Escola de Minas. Nas viagens do Imperador à Europa, ele entrava em contato com cientistas e instituições de pesquisa e, já com a ideia de criar uma escola em Ouro Preto, certa vez voltou com uma “noção mais clara sobre o que devia ser encorajado e promovido em seu próprio país’.” (DERBY, Science apud CARVALHO, 2002, p. 45).

Nesse sentido cabe destacar a importância da tentativa de utilização da educação como fator de peso no processo de desenvolvimento econômico e sustentação política, visto que a confiança do Imperador em Gorceix e o apoio que lhe foi dado pode ter relação estreita com a amizade que construíram. Outro fator de sucesso da Escola de Minas e de formação de base de sustentação da política imperial pode ter sido a distância que Gorceix preferia manter da política e das ideias positivistas.

A despeito das forças que tentavam se manter no poder, a renovação em andamento ficava cada vez mais evidente pelas iniciativas de reformas em escolas já existentes e incentivo à pesquisa em laboratórios particulares. Esse movimento, que teve início por volta de 1868 e durou até a I Guerra Mundial, teve influência nos rumos que a Escola de Minas tomaria ainda que, em Ouro Preto, sob a liderança de Gorceix, o mesmo guardasse distância das influências positivistas. Para Carvalho (2002, p.45), os líderes da geração ilustrada estavam menos preocupados com problemas de natureza científica e mais com questões filosóficas, mas a preocupação que nutriam com a “renovação do ensino, a nova confiança no valor da ciência, a quebra do domínio do ecletismo católico no pensamento” foram peças-chave no renascimento científico. A partir de 1870, os liberais e progressistas ganharam força e surgiram as primeiras manifestações republicanas em Minas Gerais: “surgem preparativos

¹¹ De acordo com Carvalho (2002), houve uma geração denominada “ilustrada” no Primeiro Reinado, que fez surgir o interesse e os primeiros estudos brasileiros sobre mineralogia e ciências naturais. Houve uma segunda “geração ilustrada” no último quartel do século XIX que, segundo Maria Odila, deu prosseguimento ao Iluminismo e fundiu-se com a corrente positivista do fim do século, retomando a “bandeira ilustrada do cientificismo e do pragmatismo” (DIAS, 1969 apud CARVALHO, 2002, p. 41).

¹² Henri Gorceix foi indicado por Auguste Daubrée, colega de D. Pedro II (em viagem do Imperador à Europa entre 1872 e 1873) para fundar uma escola de engenheiros de Minas em Ouro Preto.

precursores da liberdade sonhada. Surgem ideais republicanos.” (Berenice Martins *in* SENNA, 1911, p. 369).

A emergência da crítica científica e a explosão do ideal republicano que, curiosamente, já se vislumbrava na Inconfidência ainda que de forma um tanto indefinida, constituem o desfecho de um novo momento [...] A significação dessa trajetória feita de momentos antitéticos resultou de uma série de componentes de ordem estética, filosófica, política e religiosa e possibilitou a Minas se destacar numa posição de certo modo privilegiada em relação aos demais Estados do país. (RODRIGUES, 1986, p. 176)

O surgimento de jornais permitiu que a ideia republicana fosse mais amplamente discutida, alcançando receptividade junto à opinião pública. O jornal “O Rebate” e “O Movimento” foram veículos importantes encontrados pelos alunos da Escola de Minas para endossar o programa da liberdade e do espírito democrático. Por esse motivo, o apoio do imperador ao fundador da Escola de Minas, Henri Gorceix, gerou nos alunos e professores adeptos da República um desconforto que fica explícito no depoimento de Arrojado Lisboa: “mestres e discípulos prestavam o mesmo culto de admiração ao monarca, em quem viam o maior, senão o único, protetor da Escola, e reconheciam o valor do apoio incondicional que ele dava a Gorceix” (LISBOA, 1906 *apud* CARVALHO, 2002, p. 85).

Carvalho (2002) afirma ainda que os principais empregos disponíveis para os ex-alunos da Escola de Minas, como se poderia esperar tendo em vista o contexto político e de desenvolvimento da época, eram na área de engenharia civil como diretores ou fiscais de obras públicas de saneamento e construção de estradas pavimentadas, obras contra a seca, e nas estradas de ferro, não havendo mercado suficiente para empregar todos os Engenheiros de Minas, Metalurgistas e Geólogos formados na escola. Este fator foi um dos principais motivos pelo qual a Escola de Minas incorporou a Engenharia Civil na sua grade de ensino em 1885 (CARVALHO, p.72), contrariando a ideia de Gorceix de manter a Escola de Minas como escola técnica, atendendo somente às finalidades básicas e específicas para as quais teria sido criada. Ainda segundo o autor, em 1891 Gorceix deixou a diretoria da Escola de Minas, pois o movimento político nacional penetrou a escola de forma irremediável e situação interna ficou insustentável. A saída de Gorceix evidencia o conflito gerado entre os alunos e professores e o seu diretor, que embora fosse admirado e reconhecido como defensor da escola, mantinha proximidade com o imperador que havia sido deposto em 1889.

Mais tarde, durante o governo de Rodrigues Alves, eleito presidente do Brasil em 1902, verificou-se uma fase de recuperação econômica que, segundo Carvalho (2002), permitiu com que o presidente orientasse os investimentos públicos para a reforma urbana e sanitária do Rio de Janeiro. No entanto, o estado não recebia bem

os engenheiros da Escola de Minas devido a uma rivalidade histórica entre esta e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Outro local que foi ponto de atração dos engenheiros formados no Brasil no final do século XIX foi junto às equipes de trabalho do plano da nova capital da Província. Belo Horizonte constituiu-se como um foco dos “conhecimentos técnicos sobre as cidades e sobre o território no Brasil do final do século XIX, que se embebeu claramente nas leituras higienistas e na formação politécnica e positivista dos engenheiros” (DANTAS, 2010, p. 4).

Diante desse cenário, percebe-se que além da crise da mineração que havia levado Ouro Preto a uma situação de alerta, a Escola de Minas passou a enfrentar o problema do mercado de trabalho dos ex-alunos, que viam seu campo de atuação limitado, dentre outros fatores, frente aos bloqueios do mercado no Rio de Janeiro e ao peso da falta de identificação com os planos da nova capital mineira, que além de carregar as ideias positivistas rejeitadas por muitos alunos da Escola de Minas fiéis a Gorceix, trazia junto o peso de ser uma das partes interessadas no duelo ao qual entendia-se que Ouro Preto poderia não ser capaz de sobreviver: a mudança da capital e o enfrentamento de uma situação concreta de abandono e perda.

A nova moral republicana e positiva pregava o progresso científico, social, moral e cultural em detrimento da destruição de padrões sociais que estivessem vinculados minimamente à tradição. Tratava-se de uma ideia de civilidade e disposição para o progresso que, para os moradores de Ouro Preto, significaria a perda do espaço da cidade, das relações sociais, e dos meios de reprodução da própria vida.

Mais tarde, já no século XX, após consolidada a transferência da capital, a Escola de Minas assumiu um papel relevante na prestação de serviços, especialmente de caráter tecnológico, para a municipalidade, tendo seus alunos colaborado para a viabilização das festas do Bicentenário, que será estudada mais adiante.

3.3. A Empresa de Melhoramentos da Capital

“Ocorreu a outra ocasião em 23 de julho de 1889: inaugurava-se o ramal férreo.” (Affonso Celso *in* SENNA, 1911, p. 375). A partir da década de 1870, com o espraiamento da malha ferroviária no território mineiro, e a chegada dos trilhos no final da década de 1880 em Ouro Preto, as discussões sobre a necessidade de melhorar e modernizar a sede do governo estadual ganharam fôlego novo (LIMA, 2015, p.56). Neste período, diferentes formas de intervenção foram pensadas para trazer maior qualidade para a cidade de Ouro Preto, como, por exemplo, a valorização da região da Barra, onde se localiza a Estação Ferroviária da cidade. Uma das grandes obras realizadas foi a construção de uma rua (Figura 04) que ligava a Estação Ferroviária,

construída na parte baixa, à parte alta, representada pela Praça da Independência, principal símbolo do poder político na cidade, atualmente denominada Praça Tiradentes. Essa via ladeava o Morro da Forca e foi crucial para viabilizar a circulação na cidade, tendo em vista o aumento do fluxo de pessoas neste local.

Outra obra importante deste período foi o aplainamento do topo do Morro da Forca. A intenção por trás da execução dessa obra de corte no terreno era criar uma infraestrutura que funcionaria como um local agradável de encontro dos visitantes e dos residentes e receberia um “jardim e uma casa de exposição permanente onde seriam exibidos produtos da província mineira” (LIMA, 2015, p.59), no entanto, com exceção do aplainamento do topo do Morro, este projeto não saiu do papel.

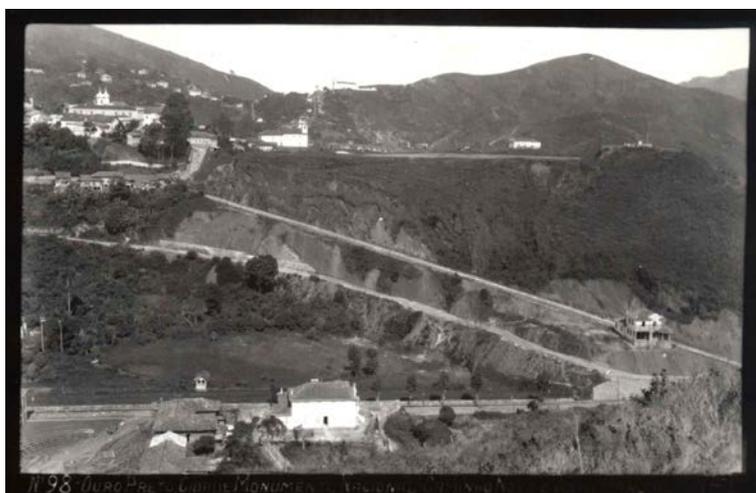


Figura 4: Vista do Morro da Forca aplainado e ruas de acesso à Estação.
Fonte: Acervo do IFAC.

Em 1886, a Câmara Municipal de Ouro Preto, chefes de repartições públicas e a imprensa mineira foram convocados para uma reunião em que foram expostas as ideias que haviam sido formuladas para melhorar a cidade e elevá-la a um “nível superior”¹³. A melhoria dos serviços de abastecimento de água estava entre os principais pontos de reconhecida utilidade e, nesse sentido, estavam previstos o aproveitamento de mananciais dispersos para o provimento de água potável para a população através da canalização. A melhoria do serviço de esgoto também estava entre as prioridades, pois havia consciência de que a destinação dada aos dejetos das residências e as condições dos chafarizes não eram adequadas e representavam um perigo à saúde pública. De acordo com Lima (2015), foi elaborado um projeto que contava com condução do esgoto por gravidade para tanques de desinfecção na região da Barra (Figura 05). Esta é considerada a primeira Estação de Tratamento de Esgotos de Minas Gerais.

¹³ Relatórios da Assembleia Provincial de Minas Gerais/ livro n.º 4. Ouro Preto: Typographia do Vinte de Agosto, 1886.



Figura 6: Tanque de desinfecção da Barra. Fonte: Alberto Fonseca (2005).

A questão da higiene foi levada a cabo também através da ideia de fundação de um cemitério em local adequado, que satisfizesse os preceitos de salubridade. Uma transformação estética e de circulação foi executada no início da década de 1880 na Praça da Independência, levando este importante local a refletir o ideal de embelezamento e valorização dos fluxos. Em 1894 foi feita uma reformulação urbana da Praça, que passou a contar com uma estátua dedicada ao inconfidente (Figura 06).



Figura 5: Inauguração da Estátua de Tiradentes (1894). Fonte: APM.

Estas modificações “induziam o olhar alheio a sentir que a velha capital estava ingressando em um novo tempo” (LIMA, 2015, p.62). Também se cogitou o aproveitamento da área do Morro do Cruzeiro para acolher a população nova que chegaria à cidade. A partir desse relato, cujo conteúdo foi discutido no âmbito da Câmara Municipal, é possível perceber que ao final nos anos 1880 a salubridade pública e a beleza eram parâmetros cruciais para a vida na cidade moderna. Sendo assim, no intuito de “promover os meios necessários a ser melhorada esta capital” iniciaram-se os trabalhos para colocar em prática esses planos.

Os rumores que ameaçavam Ouro Preto e aproximavam a cidade da perda do status de capital cresciam no início dos anos 1890. Já tendo sido feito um levantamento inicial das obras prioritárias, as autoridades políticas locais e seus representantes na Assembleia Legislativa de Minas se reuniram e entenderam que a modernização da cidade seria um forte argumento contra a transferência da capital. Sustentavam seus discursos nos gastos excessivos e drásticas perdas que os cofres públicos sofreriam com a construção de uma nova sede político-administrativa em comparação com um possível projeto de reforma que seria muito mais econômico. Para tanto, foi criada, em 1891, a *Empresa de Melhoramentos da Capital*, que tinha como objetivo combater a imagem desgastada da cidade colonial e planejar transformações e reformas urbanas.

A situação de Ouro Preto foi cuidadosamente avaliada atentando para os principais problemas: a infertilidade do solo; o terreno acidentado, que dificultava a implantação de indústrias; a impossibilidade de crescimento da zona já urbanizada e o transporte de pessoas e mercadorias, simbolizando a vitória da natureza sobre o homem; o próprio sistema viário, com ruas estreitas, tortuosas, sujas e sem iluminação; a falta de higiene generalizada, sem coleta de esgoto e lixo; o estado de degradação, a “falta de beleza das edificações” etc. Seria necessário, portanto, curar uma cidade que era considerada doente e atrofiada.

Pautados na repercussão dos resultados das capitais reformadas em Paris, Viena, Barcelona etc. construiu-se o imaginário da capital dinâmica e fluida, integrada a pontos estratégicos no território através de uma rede viária moderna e ampla. A capital desejada deveria ser o centro econômico e político, capaz de trazer coesão ao território através do controle dos fluxos. A modernização dos novos tempos republicanos poderia, sim, de acordo com os não mudancistas, ser alcançada em Ouro Preto por meio da reforma urbana.

Antes de apresentar os projetos, fazem-se importantes alguns esclarecimentos sobre o território em que os planos de reforma urbana foram, ou não, aplicados. Ouro Preto foi formada em dois pontos principais de ocupação territorial, a leste e a oeste

da atual Praça Tiradentes. Essas duas ocupações primitivas foram conectadas posteriormente pela praça no topo do Morro de Santa Quitéria, onde hoje se localiza a Praça Tiradentes, e constituíram o que ficou conhecido como “caminho-tronco” (VASCONCELLOS, 1977), que pode ser visto em linha mais escura (Figura 07).

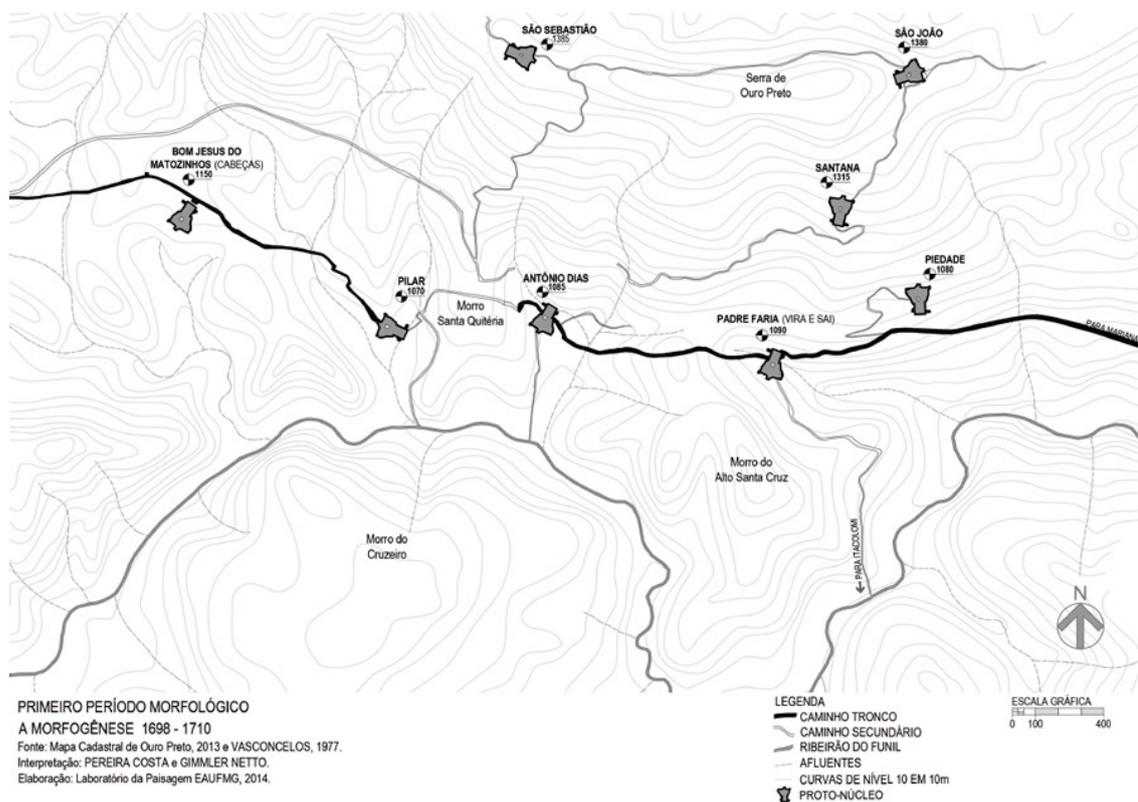


Figura 7: Mapa da morfogênese de Ouro Preto (1598-1710). Fonte: Laboratório da Paisagem UFGM (2014).

Como veremos esta área não foi parte significativa dos projetos empreendidos pela *Empresa de Melhoramentos da Capital*, tendo recebido apenas diretrizes quanto à ocupação dos lotes vagos que estavam à espera de valorização.

3.3.1. O Projeto Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto

O *Projeto Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto* foi proposto pela *Empresa de Melhoramentos* e contou com um Contrato¹⁴, datado de 14 de setembro de 1891,

¹⁴ Contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta capital, aprovado pelo decreto do General Presidente deste Estado de Minas Gerais, datado de 14 de setembro de 1891, transcrito por Caion Natal (2007), em anexo na dissertação de mestrado “OURO PRETO A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE HISTÓRICA, 1891-1933”.

que foi assinado no Paço da Intendência Municipal de Ouro Preto¹⁵, para garantir que os melhoramentos e obras da ainda capital do Estado fossem de fato realizados, com o protagonismo do poder público municipal. Este foi o mais vultoso projeto urbano da época, tendo sido estipulado o prazo de até sete anos para a finalização das obras (NATAL, 2007). Embora o custeio dos melhoramentos urbanos devesse ser feito com recursos municipais, um empréstimo do governo estadual e algumas concessões foram autorizados para viabilizar a realização dos projetos.

Com base na transcrição do contrato feita por Natal (2007), as obras serão aqui listadas e agrupadas, contemplando desde as que se destinavam a embelezar a cidade, até aquelas que previam grandes alterações no relevo, com cortes e aterros vultuosos:

1) Movimentação de terra: previa-se um corte no chamado Morro da Forca até o nível do Caminho Novo (estrada que liga Ouro Preto a Petrópolis, passando por Ouro Branco), com planificação da superfície para receber edifícios e embelezamento; aterramento do Vale do Funil com material extraído do Morro da Forca de modo que a área fique ao nível da estrada da Barra (Figura 08).

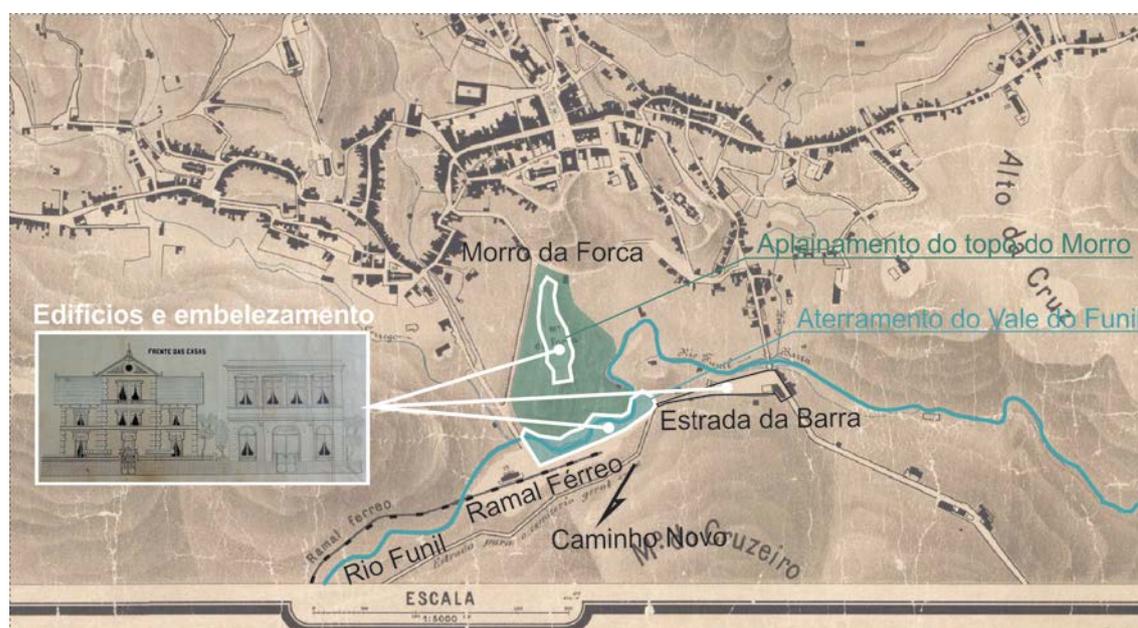


Figura 8: Representação esquemática de propostas do Plano de Melhoramentos. Fonte: a autora, baseado em mapa do Arquivo Público Mineiro (1888).

2) Vias públicas: pretendia-se fazer reparos, limpeza, calçamento com paralelepípedo em pedra de primeira qualidade e alargamento de ruas existentes;

¹⁵ Após a proclamação República, a Câmara Municipal de Ouro Preto passou a se chamar Intendência Municipal.

construção de uma grande avenida, um *boulevard*, na Praia de Ouro Preto (região da Barra), com iluminação a gás ou luz elétrica, e casas elegantes¹⁶ (Figura 09);

3) Transportes: construção de uma linha de bondes pelas ruas que comportarem este modo de locomoção; construção de um elevador, estrada de ferro ou plano inclinado no lugar mais conveniente ao tráfico da Estação para a Cidade.

4) Canalização do córrego que banha a Praia, acrescido de dois cais e pequenas pontes de ferro.

5) Construções de edificações: um teatro bem situado com capacidade para seiscentas pessoas, distribuídos em duas ordens de camarotes, galerias e plateia; um Matadouro e dependências para o abatimento diário de 20 rezes; um Mercado espaçoso de ferro e vidro conforme o tipo modernamente adotado (Figura 10), perfeitamente arejado com bastante luz em proporção às necessidades da população da Capital; um jardim público no local do antigo matadouro; um asilo de órfãos; fábricas no município e oficinas para aproveitamento dos recursos naturais.

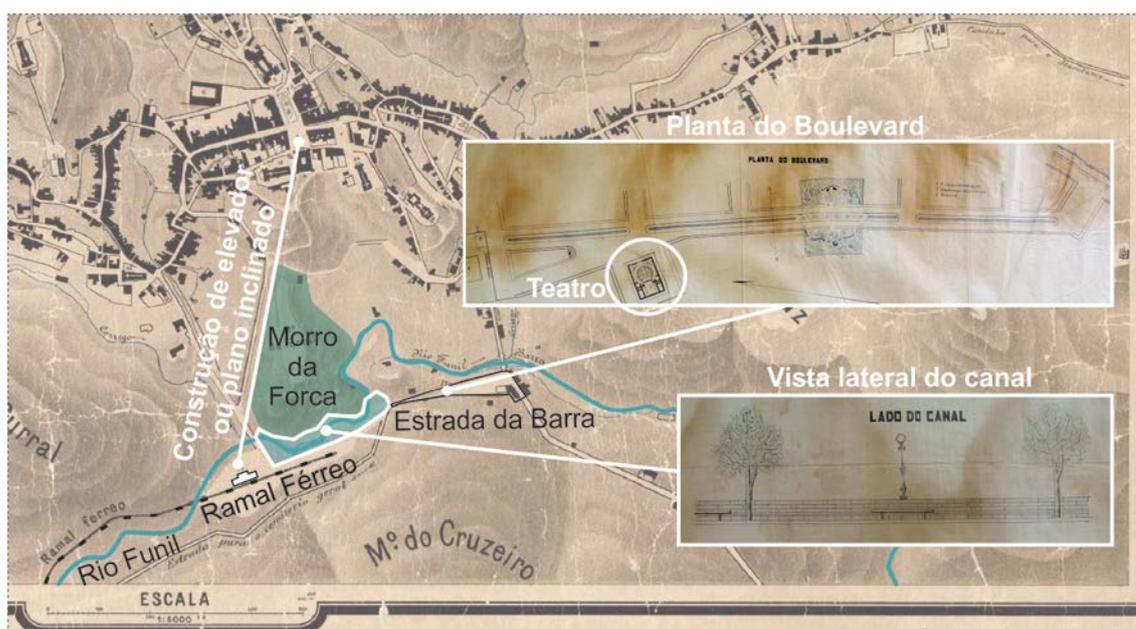


Figura 9: Representação esquemática de propostas do Plano de Melhoramentos. Fonte: a autora, baseado em mapa do Arquivo Público Mineiro (1888).

6) Restauração da fachada do antigo Mercado.

7) Habitação: criação de uma colônia de mil famílias para exploração da pequena lavoura e de minerais; repovoamento do Tripuí, do Campo Grande, Saramenha, etc. com colonos nacionais ou estrangeiros; casas de tipos modernos com acomodações suficientes para duas, quatro, oito e dez pessoas.

¹⁶ A linguagem utilizada no contrato foi mantida na descrição do referido projeto neste trabalho, com o objetivo de deixar transparecer as ideias que subsidiavam as propostas.

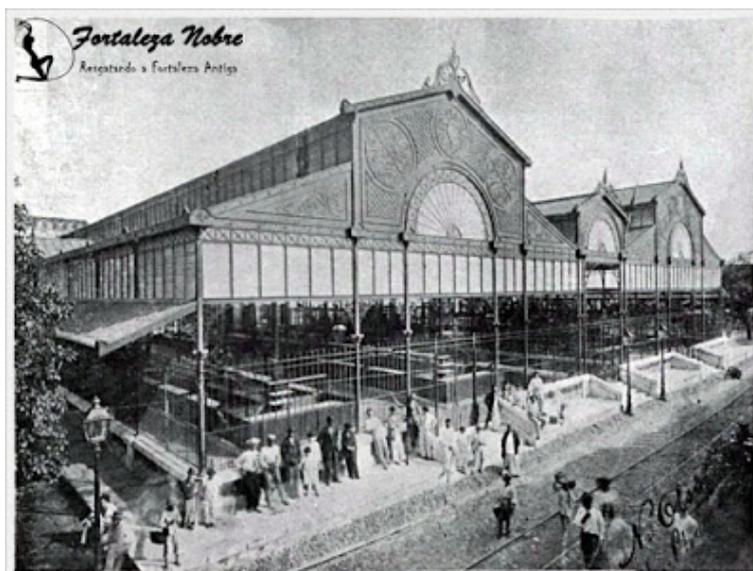


Figura 10: Exemplo de construção de ferro e vidro, conforme o tipo “modernamente adotado”. Mercado de Fortaleza, construído em 1897.

Além disso, o contrato reivindica providência do governo quanto ao baixo aproveitamento de terrenos localizados nas ruas principais, que estariam ocupados com plantações de capim e hortaliças ou somente cobertos por mato, e pelos quais os proprietários cobriam valores abusivos no caso de compra para construção de edificações residenciais; solicita ainda a isenção dos impostos de água e esgoto para as edificações que forem construídas efetuando-se a canalização, dentro do escopo do plano de melhoramentos; e outras solicitações de isenções de impostos, taxas, concessão de materiais e subsídios diversos.

É interessante destacar a proposta de controle e fiscalização apresentada no contrato, que coloca a Intendência como responsável pela aprovação dos planos e plantas dos edifícios, desapropriações necessárias à execução das obras, bem como da taxa dos responsáveis pela exploração Mercado e do Matadouro. Dentre as medidas propostas inclui-se a cobrança de alugueis fixos para as casas, que deveriam ser estipulados pela empresa e submetidas a aprovação da Intendência, além das parcerias, como exemplifica a cláusula que garante a preferência da *Empresa de Melhoramentos* para a construção das obras municipais e as inúmeras isenções fiscais.

O *Projeto Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto* não foi o único estudo a ser realizado enquanto esforço para manter a capital da província na cidade. Em 1893, Blaksley, engenheiro municipal, lançou um plano de expansão para a cidade, dentro do escopo do projeto modernizador proposto pela *Empresa de Melhoramentos*.

3.3.2. Plano de expansão para Ouro Preto

O plano consistia na urbanização do Morro do Cruzeiro, uma área localizada a sudoeste da cidade, que abrange aproximadamente dois quilômetros quadrados, e representaria a área de expansão urbana da antiga cidade que já era considerada saturada e engessada. O Plano previa também a possibilidade de extração mineral em uma área que ainda não havia sido explorada, abrindo novas possibilidades de enriquecimento dos pioneiros que se aventurassem nessa empreitada. O ambicioso plano (Figura 11) previa também, de acordo com Meniconi (1999, p. 64), a interligação do Morro do Cruzeiro com o Morro da Forca (que faria a conexão entre aquele e a cidade antiga) através de planos inclinados (Figura 12) e um viaduto com mais de 300 metros de extensão, com via dupla de bondes, faixa de rodagem e calçadas, e cuja elevação máxima poderia atingir 76 metros sobre o nível do Rio do Funil. A estrada de ferro seria entroncada com a rede de bondes e um sistema novo de iluminação elétrica e encanamentos seria provido.



Figura 11: Representação esquemática de propostas do Plano de expansão.
Fonte: a autora, baseado em mapa do Arquivo Público Mineiro (1888).

O planalto do Morro do Cruzeiro seria terraplanado e aterrado em alguns pontos, regularizado e dividido em quarteirões regulares e ortogonais, que variavam nas dimensões de 60 e 100 metros, e cada um seria loteado de forma que fosse possível a construção de edificações de 10 metros de testada por 30 metros de profundidade. Seria implantada uma praça, cortada por avenidas que poderiam ser arborizadas. Blaksley estimou que Ouro Preto abrigaria cerca de 53 mil novos habitantes, levando-se em consideração que as casas construídas teriam apenas um pavimento e abrigariam cerca de 6 pessoas, como mostrado por Meniconi na transcrição do relatório.

Para Meniconi, este plano guardava muitas semelhanças com os que Aarão Reis estava chefiando “[...] reduzindo o papel da cidade ao entendimento das questões funcionais pré-estabelecidas pelos quesitos: circulação, abastecimento, salubridade, topografia e custo” (MENICONI, 1999, p.66). Os planos refletiam o espírito do homem do século XIX e a nova sensibilidade, representando um transbordamento do “bando de ideias novas”. Para Meniconi, refletiam a união da cidade nova com a cidade velha desconsiderando completamente as conformações pré-existentes. No plano de transferência da capital para a Várzea do Marçal incluía-se São João Del Rey e Tiradentes, enquanto no de Belo Horizonte, restou pouco mais do que a sede da Fazenda do Leitão, que hoje sedia o Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 12: Exemplo de Plano Inclinado em Salvador (1889).
Fonte: Blog “mais de Salvador”.

4. A MUDANÇA DA CAPITAL

Com a Proclamação da República em 1889, o governo lançou um decreto¹⁷ que colocou entre as atribuições dos governadores a possibilidade de mudança da capital para onde fosse considerado mais adequado. Em 1892 são lançadas as instruções, que transparecem uma “postura científica e ‘positivista’” (MENICONI, 1999, p.61), para nortear o trabalho da Comissão que havia sido incumbida de estudar a viabilidade e adequabilidade dos locais candidatos a sede político-administrativa do estado.

A discussão acerca da mudança da capital mineira se deu essencialmente na Assembleia Constituinte de 1891, entre os deputados, mas foi amplamente divulgada pela imprensa, agregando a população na polêmica. Os diferentes jornais confrontavam as ideias mudancistas e os argumentos não mudancistas, e acabaram cumprindo o papel não só de fomentadores do debate e do ambiente de reivindicações, mas de fonte de documentação e pesquisa para a posteridade. O principal meio de divulgação da pauta não mudancista foi o jornal “A Ordem”, presidido por Xavier da Veiga (Figura 13), que foi aluno, professor e bibliotecário da Escola de Minas.



Figura 13: Xavier da Veiga. Fonte: APM.

¹⁷ Decreto nº 7, de 20 de Novembro de 1889, que dissolve e extingue as assembleias provinciais e fixa provisoriamente as atribuições dos governadores dos Estados.

“Chefe e redator de ‘A Ordem’, Xavier da Veiga era monarquista convicto e, com a Proclamação da República, passou a defender Ouro Preto com tamanha tenacidade que acabou se tornando o maior arauto da luta antimudancista” (NATAL, 2007, p.31).

Em dezembro de 1893 o Congresso Legislativo de Minas Gerais decretou a mudança da capital para Belo Horizonte.

Sofreu também Ouro Preto, depois que o governo e os próceres do Império lhe vieram aplaudir a ligação por via férrea à sede política do país, também sofreu Ouro Preto uma grave modificação no seu destino, vítima que foi de uma deposição, também apeada se viu de uma primazia, pois lhe tiraram os foros de capital mineira, secular e dignamente usufruídos. (Affonso Celso *in* SENNA, 1911, p. 375).

A Lei n.º 2, de 14 de setembro de 1891, no seio da Primeira Legislatura, suscitou o mais largo e apaixonado debate, questão da bandeira, afirmava-se, que vinha da propaganda, da máxima descentralização administrativa, da descentralização levada até o distrito, até onde pudesse chegar. Era a carta de alforria para o povo, perorava no Senado o mais ilustre propugnador do projeto. (Gomes Freire de Andrade *in* SENNA, 1911, p.384).

Segundo Meniconi (1999, p.62) Ouro Preto foi descartada como capital por sua incapacidade de atender, especialmente, aos requisitos relativos ao esgotamento sanitário e escoamento, ao abastecimento, e às condições topográficas impróprias para promover a livre circulação.

Nesse sentido cabe questionar se nos discursos dos técnicos e políticos que determinaram a mudança da capital havia uma linha de pensamento que já apontava para o sentido de preservação. Visando ampliar a visibilidade dos dados sensíveis da cidade, busco associar o nascimento de um possível discurso de preservação, primeiramente, à questão da argumentação contra a mudança da capital nos discursos dos não mudancistas e, posteriormente, ao sentido de perda por parte dos moradores de Ouro Preto.

4.1. O discurso dos não mudancistas

Os mudancistas defendiam a construção de uma nova capital como uma “autoimagem moderna e promissora” que produziam de si e que ganhou muita força com a Proclamação da República. Os não mudancistas contestavam os argumentos do outro grupo a partir de três argumentos principais, elencados por Lima (2015): i) a importância de Ouro Preto como “cidade-memória” da luta contra o despotismo em Minas e no país; ii) o alto custo de construção de uma cidade a partir do zero, o que incluiria desde as vias públicas até os palacetes governamentais; iii) a modernização

e expansão de Ouro Preto como alternativa às condições inadequadas de permanência da cidade como sede do poder estadual.

O apelo à história foi amplamente usado pelos meios de comunicação para convencer a população, entusiasma-la, e conseguir avanços no projeto político de manutenção da capital:

Sob pena de profanação histórica, a Capital não pode e nem deve ser mudada, e só podem ter o arrojo de sonhar com essa medida repugnante, descabida e odiosa, os que não conhecem Ouro Preto, **a sua história**, a sua riqueza mineral, o seu clima privilegiado, e ainda sobretudo a beleza de muitos de seus dias certamente invejáveis e como em nenhuma outra parte existe (A Gazeta de Ouro Preto, 12/01/1890 *apud* NATAL, 2002, grifo nosso).

As palavras “tradicional” e termos como “passado de glórias” foram utilizados buscando remeter aos fatos e conflitos que os mineiros enfrentaram no processo de Independência, pois a evocação do protagonismo dos Inconfidentes na luta pela liberdade em relação à Portugal teria grande potencial como instrumento de construção do discurso baseado em vitórias já conquistadas pelos mineiros, em nome do Brasil.

E seria triste, muito triste, senhores, que o **velho e tradicional Ouro Preto**, edificado pelo despotismo português no último século de seu jugo, que o velho e tradicional Ouro Preto, **berço glorioso da liberdade brasileira**, tenha de ser **destruído pela República**. (Discurso de Xavier da Veiga na sessão de 9 de Maio de 1891 *in* Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, p. 198-204 *apud* NATAL, 2002, p.32, grifo nosso).

A ameaça também foi utilizada como instrumento de construção do discurso, seja pela possibilidade iminente de borrar uma história considerada gloriosa, seja pelo perigo de cair no esquecimento, tendo em vista que Ouro Preto já vinha enfrentando uma situação de crise há décadas e estaria, aparentemente, sob o risco de morrer enquanto cidade, caso deixasse de sediar a capital, como fica claro pelo uso de palavras ligadas à destruição e à morte:

O patriótico Congresso Mineiro que no meio dos aplausos e admiração de toda União soube conduzir sagrada e inviolável a urna dos direitos, da tranqüilidade e da paz deste brioso povo não pode, não deve e com certeza não há de querer **sacrificar** um **passado de glórias e fulgores**. (Discurso do senador José Pedro Xavier da Veiga *in* Correio da Noite, 1893 *apud* NATAL, 2002, grifo nosso).

E o que ficará sendo a **tradicional Ouro Preto**? As suas alcacitantes ruas, e os seus enormes edifícios, atestando, em cada ângulo, os fatos mais importantes de nossa história, ficarão **reduzidos a ruínas** como uma Babel brasileira; e ali onde, muito em breve, só se ouvirá o pio monótono e lúgubre da coruja, não ficará **trespassado de saudades** somente o coração do passageiro ouropretano, do mineiro, e sim também do brasileiro, que tiver os sagrados sentimentos de patriotismo: **cruel ingratitude!!** (Jornal de Minas, Ouro Preto, 14/05/1891, *apud* FONSECA, 1998, p. 29, grifo nosso).

A pressa é inimiga da perfeição; mas as urgências têm por seu turno um caráter absoluto. A cidade viu-se, e vê-se, como dizemos, nas portas de um dilema implacável – ou melhora-te ou **morre-te**. Entre a vida e o **suicídio** só

não se decidem os descrentes do futuro [...]. Resta agora só que as obras comecem e prossigam com toda energia; e que ao lado de suas **tradições maiores**, sintam Ouro Preto no sangue generoso do presente desatar-se a fé no futuro – como **a cidade eterna de Minas Gerais**. (Conselho da Intendência. Ouro Preto, Jornal “A Ordem”, Ano III, de 30/04/1891, grifo nosso).

A esperança residia somente nos planos de modernização e expansão propostos pela Empresa de Melhoramentos. A execução desses planos parecia alimentar os não mudancistas de tal forma que o medo da perda, ou o “nunca mais será como antes”, “criou, em relação ao movimento histórico, outra mediação e outra distância, ao mesmo tempo em que liberava energias adormecidas em favor de sua proteção” (CHOAY, 2006, p.135).

Embora bem articulados, esses argumentos não se mostraram suficientes e o jogo de forças políticas conseguiu transferir a capital para o Arraial do Curral Del Rey. Belo Horizonte nasceu sob os auspícios da modernidade, transformando por completo a paisagem da localidade e traçando os rumos que Ouro Preto tomaria.

4.2. A viuvez dos ouropretanos

Como vimos, os não mudancistas foram capazes de utilizar o medo do devir como forma de imprimir valores na realidade material da cidade e abalar a ordem social através da permanência no campo do conflito, travado diretamente na Assembleia legislativa de Minas Gerais e na imprensa local.

De acordo com Argan (1992, p. 77), as condições de sobrevivência do núcleo antigo são determinadas pelas soluções urbanísticas e pelos critérios com que é disciplinado o perieikon, ou a esfera do tempo, das periferias urbanas no entorno do chamado núcleo histórico. Nesse sentido, pode-se inferir que os planos de modernização e expansão apresentados pelos não mudancistas teriam sido não só insuficientes para manter a capital em Ouro Preto, como poderiam ter alterado a paisagem de forma significativa, o que pode ser entendido pelo esclarecimento de alguns pontos. Primeiramente, é importante perceber que ideia de “concentração de historicidade”, cujo ciclo histórico estaria encerrado, ainda não estava em jogo: a cidade como um todo pertencia ao tempo presente. O núcleo colonial foi visto, por um lado, como lócus do indesejável em termos de urbanismo, e por outro lado, por ser símbolo de um passado de glórias, merecia ser considerado, embora a relevância desse espaço estivesse ainda no campo das ideias. O núcleo antigo não se configurou, portanto, como uma questão prática a ser abordada, ou seja, embora a noção de preservação pela relevância histórica (e até estética) pudesse estar presente, não

foram discutidas formas de atuar sobre aquele conjunto, sobre determinada edificação, elemento artístico ou elemento urbano.

Em segundo lugar, e corroborando o ponto anterior, os planos de modernização e expansão apresentados, embora não tenham proposto mudanças significativas na área do “caminho-tronco” não contém nenhuma diretriz clara que expresse a intenção de resguardar a materialidade da memória. Esses possivelmente contribuíram para a identificação do elemento histórico e atribuição de valor, mas tinham como fim último a disputa pela capital da província, o que ressignifica o passado colonial, transformando-o em uma engenhosa arma política.

Por fim, caso os planos de modernização e expansão tivessem sido efetivados, teríamos uma cidade muito diferente da que existia quando foi considerada Monumento Nacional, em 1933, e tombada, em 1938. Sabe-se que desde o tombamento até os dias de hoje Ouro Preto passou por inúmeras alterações, com a ocupação das encostas e morros sendo uma das grandes responsáveis pela transformação da paisagem a partir do ciclo do minério de ferro. As cidades estão em constante transformação, isto é certo. No entanto, a materialização completa dos planos propostos pela Empresa de Melhoramentos teria impactado de forma contundente a paisagem, de forma que possivelmente alteraria também a compreensão engessada que temos hoje sobre Ouro Preto com duas cidades: a “cidade ideal” e a “cidade real”.

Tendo isso explicitado, como fatos temos que a partir de 1894, após a consolidação da transferência da capital, as obras em Ouro Preto já não cumpriram a função última a que tinham se proposto. Sob o aspecto da redefinição dos espaços da cidade, sabe-se que os habitantes que permaneceram buscaram se adaptar à nova condição como em uma tática de minimização dos danos. Nesse sentido, a Câmara Municipal decretou um Estatuto, que tinha como finalidade melhorar o aspecto visual da cidade:

[...] Art. 21. A **limpeza externa e diária** da cidade começará à hora que se houver por mais conveniente, devendo ficar terminados, nos meses de Outubro a Março ao romper d'alva, nos outros até as 7 horas da manhã, todos os serviços de irrigação varreduras e remoção de lixo.

Art. 22. Os habitantes da cidade são obrigados: §1o A **velar constantemente** pelo **bom aspecto dos prédios** de sua propriedade, fazendo-os **caiar bianualmente e olear em cada quinquênio**. (Câmara Municipal de Ouro Preto. Estatuto Municipal. Ouro Preto, Typografia Silva Cabral, 1894, grifo nosso).

Em 1895, as pequenas iniciativas de reforma que haviam se desenrolado também cessaram. A inauguração de Belo Horizonte, em 1897, representou uma perda profunda para os moradores de Ouro Preto sob vários aspectos, inclusive

demográfico, como relata Castriota (2009, p.137): “a partir daí a cidade sofre um rápido declínio, com sua população passando de 17.860 para menos de dez mil habitantes”.

Cabe aqui uma breve reflexão sobre o aspecto psicológico do abalo sofrido: a viuvez, ou as consequências do sentimento de perda. Pode-se dizer que os moradores, antes da concretização da transferência, estando munidos com o medo da perda, se mantinham esperançosos, o que lhes conferia força para lutar contra a mudança. Após a transferência da capital, se por um lado a cidade foi dominada por uma sensação de tristeza, como bem expressa Berenice Martins: “Foi então que o destino quis [...] que te tirassem os foros de capital. Tua alma sensível vergou, sob o peso de tão rude golpe. E a tristeza pairou sobre ti...” (Berenice Martins *in* SENNA, 1911, p. 371), por outro lado, um forte sentimento de apego aflorou e abriu espaço para que os laços identitários e a relação de pertencimento entre os ouropretanos fossem reforçadas.

Outra cidade erigiu edifícios, ergueu monumentos, rasgou avenidas, alinhou ruas, alindou jardins e estendeu os braços, convidando-vos carinhosa para o seu seio. E vós **não vos esquecestes da cidade-pátria**. Belo Horizonte pôde roubar a Ouro Preto o lugar que ocupava na hegemonia das cidades mineiras, mas lhe **não pôde roubar o lugar que ocupava nos ouropretanos**. (Theophilo Salgado *in* SENNA, 1911, p. 357).

É possível perceber também uma tentativa de passar uma mensagem de otimismo nos discursos, ou, pelo menos, uma tentativa de recuperar o brio dos moradores da cidade que haviam resistido.

Invocando-se o progresso de Minas, ela [Ouro Preto], que para todos os progressos **havia iniciado o povo mineiro**, foi sacrificada e lhe tiraram da frente o diadema de capital. Contentando-se, porém, com a sua sorte de irmã, entre as demais cidades, e forte na consciência de nunca ter embaraçado as aspirações do povo, nem poluído as insígnias da sua primazia, compraz-se agora em ver florescer e prosperar o Estado, pelo qual já deu no passado a vida de mártires e não recusaria, **nem recusará dar a sua própria vida**. (Diogo de Vasconcellos *in* SENNA, 1911, p. 355).

Por fim, retomando a Escola de Minas, que foi peça importante da engrenagem que movimentou Ouro preto no século XIX, e cujos alunos foram figuras de destaque na luta não mudancista, verifica-se o peso do “espírito da época” sobre as decisões políticas que foram tomadas na virada do século XIX para o XX e nas décadas seguintes. Em memorial apresentado em 1939, sobre as causas do declínio da Escola de Minas, que estava neste momento a um passo de ser transferida para Barbacena ou Belo Horizonte, lê-se:

O ponto central é a necessidade de separar a Escola de Minas da cidade de Ouro Preto. **Pelo espírito que as anima, as duas são incompatíveis**. A cidade é **berço de tradições, volta-se para o passado e a ele deve se manter fiel**. À Escola, pelo contrário, não cabe a guarda do passado, mas do **futuro e para este deve projetar-se**. ‘Contagiar-se da alma da cidade é o

mal de que cumpre fugir¹⁸. As condições necessárias para a conservação da cidade são exatamente as que militam contra a vida da Escola. A cidade precisa de silêncio e paz, a Escola precisa do fervilhar das indústrias e das técnicas. (PESSOA, Epitácio, *apud* CARVALHO, 2002, p. 154, grifo nosso).

Observa-se que já em meados do século XX a incompatibilidade entre a guarda do passado e o progresso era ideia presente e forte. O núcleo antigo, ou *temenos*, como associado por Argan (1992), carregava, em 1939 (dois anos após a publicação do Decreto-lei n. 25) o estigma de um ciclo histórico que já está encerrado, e, portanto, não se configurava como parte da cidade concebível e projetável. Já o *periekon*, ou área não histórica, anti-histórica por definição, estaria passível de mudança contínua, e, portanto, não merecia ser protegido e conservado.

Demos um salto para o final da década de 1930 visando resgatar essa antítese, que, desde o século XIX, tem sido uma chave difícil de decifrar e, ao mesmo tempo, tão necessária para o entendimento da cidade e das relações sociais que a produzem. Retornaremos aos primeiros anos do século X e estudaremos agora como parte da população de Ouro Preto passou do sentimento de perda a outro patamar de aparente consciência do patrimônio, muito baseado na admiração e no respeito pela obra dos homens do passado, na valorização da memória, no endurecimento das identidades, na exaltação do pertencimento, e em uma curiosa e potencial subjetividade que não apartava a herança material da intangibilidade e dos seus significados.

Reviva Ouro Preto! Sim! Reergua-se Ouro Preto! Ressurja Ouro Preto! Basta que o decretem a energia, a coragem, a perseverança mineiras, comprovadas em tamanhas iniciativas e realizações. [...] Renasça Ouro Preto! Restaure-se Ouro Preto! Rebrilhe Ouro Preto! Libertemo-la do abandono, da indiferença, do desânimo, da penúria [...] Reviva Ouro Preto! (Affonso Celso *in* SENNA, 1911, p. 377 a 378).

5. DISCURSO DE PRESERVAÇÃO NOS ANOS 1910?

Neste item buscaremos entender as percepções dos ouropretanos e da comunidade mineira sobre a cidade de Ouro Preto e sobre a consciência de preservação do patrimônio nas duas primeiras décadas do século XXI, especialmente através da investigação das motivações para organização das festas do Bicentenário, em 1911, bem como sua ocorrência e repercussão.

Os festejos foram descritos detalhadamente em livro organizado por Nelson de Senna sobre o Bicentenário, publicado no mesmo ano. Partiremos da análise de trechos deste relato e das transcrições dos discursos das personalidades e autoridades políticas, contidas neste livro, para identificar uma possível consistência

¹⁸ “Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 03/05/1921”, em Epitácio Pessoa, Mensagem ao Congresso, p.317.

do pensamento preservacionista, por meio do apontamento de elementos nestas falas que tenham correspondência com os conceitos trabalhados por Smith (2006): identidade, poder, memória, lugar, performance e dissonância, aqui já abordados.

Como veremos, esta festa representou um teatro fundamental para rearticulação das relações entre Ouro Preto, Belo Horizonte e outras cidades mineiras, bem como salvo-conduto para entrada em cena de atores políticos que por muito tempo influenciariam os rumos que Minas Gerais tomaria no cenário político nacional.

5.1. O relato das festas do Bicentenário

A ideia de realização das festas do Bicentenário “foi divulgada em Belo Horizonte através de uma proposta apresentada por Nelson de Sena no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais” (LIMA, 2015, p.125), que forneceu apoio político.

As festas (Figura 14) foram organizadas por uma Comissão de três delegados ouropretanos que buscaram ajuda do governo para viabilizar as comemorações.



Figura 14: Festas do Bicentenário. Fonte: SENNA, 1911.

Da parte do governo provincial, por meio da figura do Sr. Júlio Bueno Brandão, todo apoio necessário foi disponibilizado porque “além de todos os motivos, convinha para a educação cívica do povo, e sobre tudo da mocidade avivando as glórias da pátria” (SENNA, 1911, p. 316) que esta festa fosse realizada, e, mais do que isso, que obtivesse sucesso, tendo em vista a situação problemática que Ouro Preto enfrentava com a mudança da capital para Belo Horizonte. Era interessante para o governo que uma cidade com a importância histórica de Ouro Preto não sucumbisse diante da situação de abandono e superasse o sentimento de perda vigente.

Nesse sentido, “não menos entusiastas foram os filhos, que os amigos da cidade, sobretudo em Belo Horizonte, confirmando [...] que uma cidade era o prolongamento da outra” (SENNÁ, 1911, p. 316). Esta fala reflete uma visão idealizada dos fatos, que percorrerá toda a narrativa das festas. Lima (2015, p. 26) destaca que “as duas cidades-símbolos de Minas percorriam caminhos e problemas distintos, uma pela expansão e a outra pelos impactos de uma recente retração”, o que as colocava em posições diferentes no jogo político estadual. Lima (2015, p.113) afirma que as “tensões, as rejeições e as percepções” que permeavam o contexto de mudança da capital entre as duas cidades chegou a se refletir exemplarmente no carnaval de Ouro Preto em 1898, no qual a “exaltação de Ouro Preto e a difamação do processo que levou à escolha e à construção de Belo Horizonte estava na base da crítica dos blocos carnavalescos”. Entretanto, à altura da realização das festas do Bicentenário, essas tensões parecem ter se acomodado pelo clima pacifista e conciliatório observado nos discursos, possivelmente decorrente da tomada de consciência por parte de uma elite intelectual e econômica a respeito do papel que Ouro Preto ocuparia no cenário mineiro.

Ouro Preto enfrentava sérios problemas financeiros, mas a realização da festa não foi condicionada a estas dificuldades. A viabilização financeira e operacional foi realizada junto ao governo estadual, cabendo aos ouropretanos tomarem as primeiras iniciativas e preparar a cidade para receber os visitantes e antigos moradores. A Câmara Municipal de Ouro Preto se dedicou a colocar a cidade em ordem, “reparando as ruas, fazendo obras e concertos necessários nos seus edifícios, e nos prédios destinados ao serviço das festas” (SENNÁ, 1911, p. 316). Alguns edifícios públicos foram adaptados para receber os hóspedes ilustres, como aconteceu com o prédio do Liceu de Artes e Ofícios, que foi adaptado para hospedagem dos “beneméritos Presidentes Municipaes”. Além disso, de acordo com o relato, não havia uma residência particular sequer que não hospedasse familiares e amigos.

A classe acadêmica de Ouro Preto, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Rio de Janeiro, “que contava não menos de mil e quinhentos estudantes”, marcava presença forte. A presença maciça de altos funcionários do Estado, seus secretários e ajudantes de ordens, bem como os representantes de outros municípios e da Igreja fizeram com que não houvesse mais na cidade onde receber os convidados e pessoas interessadas em participar. Consta que “já não havia edifício disponível e todas as casas de família em que pudessem ser hospedadas as gentis amadoras se achavam comprometidas para alojamento das pessoas aparentadas e amigas de antemão esperadas.” (SENNÁ, 1911, p. 327). Em todas as casas a família trabalhava pelo

aniversário de duzentos anos de Ouro Preto com alegria, “como se em cada qual se festejasse o próprio querido aniversário.” (SENNA, 1911, p. 333).

A todo momento chegavam, por trens especiais e de carreira, novas levas de visitantes: “a cidade era toda movimento”. O relato organizado por Senna destaca que “o mais alegre movimento desde cedo em passeios, visitas, e reuniões” demandavam “os sítios históricos, as casas notáveis, as obras de arte” (SENNA, 1911, p. 324). Tanto a ferrovia, recém-chegada, quanto a Estação de Trem cumpriram papel fundamental, e, portanto, foram pintadas, decoradas e ornadas para a ocasião. As igrejas também foram reparadas e pintadas, tendo em vista o “incomparável realce que prestam ao panorama da cidade”. As ruas foram enfeitadas com “bandeirolas e flamulas multicores”.

Havia longos anos já que não se via a velha cidade assim tão garridamente vestida, tão ricamente ornada, tão pomposamente engalanada. Todos os edifícios públicos e quase todos os particulares, pelo menos na zona principal da cidade, ostentavam pintura recente, especialmente preparada para as festas. (SENNA, 1911, p. 334).

A Praça Tiradentes foi escolhida como o centro das solenidades, pois além de ser ponto geográfico estratégico, “apresentava um aspecto a não poder ser mais deslumbrante”. Esta e as ruas principais foram cercadas e atravessadas por “cordões embandeirados, com centenares de flâmulas suspensas aos postes, arcos de folhagens, pilastras de várias formas”. No centro instalou-se um pavilhão que foi capaz de acolher cerca de duzentos músicos (SENNA, 1911, p. 319). A figura de Tiradentes, no monumento ao centro da praça, “resaltava esbatida por encontro de raios electricos convergentes” (SENNA, 1911, p. 327). É possível perceber que a iluminação pública foi muito explorada, e, especialmente a iluminação de destaque dos edifícios como a Penitenciária, o Fórum e o Paço Municipal, que constituíram-se atração à parte. Estas edificações “foram guarnecidas de copinhos de cores, empregando-se efeito além de outros fócios cerca de três mil luminárias, que produziam cambiantes arabescos no mais formoso quadro que nunca se viu” (SENNA, 1911, p. 322).

No decorrer das cerimônias e apresentações, buscou-se manter a ordem histórica das tradições da cidade. Em cada discurso e ao longo da programação, fatos históricos eram narrados e personagens eram lembrados, buscando evidenciar o lugar de destaque da cidade na história de Minas Gerais e do Brasil.

Foi pensamento da Comissão sintetizar a história de Ouro Preto em nomes próprios de personagens, que a criaram de modo a se constituir a própria história de Minas. Neste intuito à lista das Municipalidades Mineiras, que afinal não são mais que desdobramentos históricos de Villa Rica, entraram as personalidades por grupos, que se inscreveram nas ruas e sítios escolhidos segundo a localização mais conforme aos acontecimentos (SENNA, 1911, p. 319).

As cerimônias foram marcadas pela presença constante e maciça da população. A Matriz de Antônio Dias – descrita como vasta, majestosa e amplíssima – “já estava a não caber de gente” (SENNA, 1911, p. 321). Ao longo dos festejos o repique estrondoso dos sinos das diversas igrejas tocavam festivamente, compondo o cenário de euforia para as bandas que constantemente percorriam as ruas. A presença musical foi garantida por “quatrocentos e vinte artistas, que se mostraram incansáveis, todos cheios de prazer, como que dedicados a uma causa de alegrias pessoais, tal era o prestígio do afeto que a cidade inspirava” (SENNA, 1911, p. 327). Foi preciso recusar ofertas de bandas que se ofereciam para prestar homenagens à cidade.

No dia 8 de julho, às seis horas da manhã “duzentos tiros de dynamite, correspondendo aos duzentos anos de Villa Rica, despertaram a cidade” (SENNA, 1911, p. 323). Ao fim deste dia, um grande banquete foi oferecido para parte da elite mineira presente, no edifício do Paço Municipal. Na decoração, o relato destacou um quadro formado com moldura, no qual se “estamparam em miniatura vários edifícios e monumentos da cidade, com o panorama geral embaixo” (SENNA, 1911, p. 328). Na praça, os fogos de artifício, “no qual se distinguiram peças japonesas de maravilhoso efeito”, animaram o público e encheram os olhos do povo.

Subiam de continuo ao ar foguetes estrondosos e de lagrimas cambiantes, ao passo que morteiros, de espaço a espaço, estouravam, com artilharia. Chuvas de estrelas multicores, fontes luminosas, rodas, coroas e quadros sucederam-se sem interrupção até a uma hora da noite [...] Efetivamente nessa meia noite fechava-se o segundo, e abria-se o terceiro século da cidade. (SENNA, 1911, p. 329).

O povo se deleitou em uma programação de cinema preparada para a ocasião, com exibição de paisagens, cenas da cidade, de personagens nacionais e estrangeiros e peças dramáticas. O autor relata que “durante o baile o povo na praça não ficava sem divertimentos. As músicas tocavam, a cujo som se improvisavam danças populares” (SENNA, 1911, p. 334).

No dia seguinte, no Teatro Municipal, iniciou-se uma sessão literária que deveria ser presidida pelo Presidente do Instituto Histórico Mineiro, ou pelo Presidente da Academia Mineira de Letras, nenhum destes tendo comparecido, Dr. Diogo de Vasconcellos (Figura 15) solicitou a gentileza da prestação deste serviço pelo Conde Affonso Celso, que prontamente o fez (SENNA, 1911, p. 331).

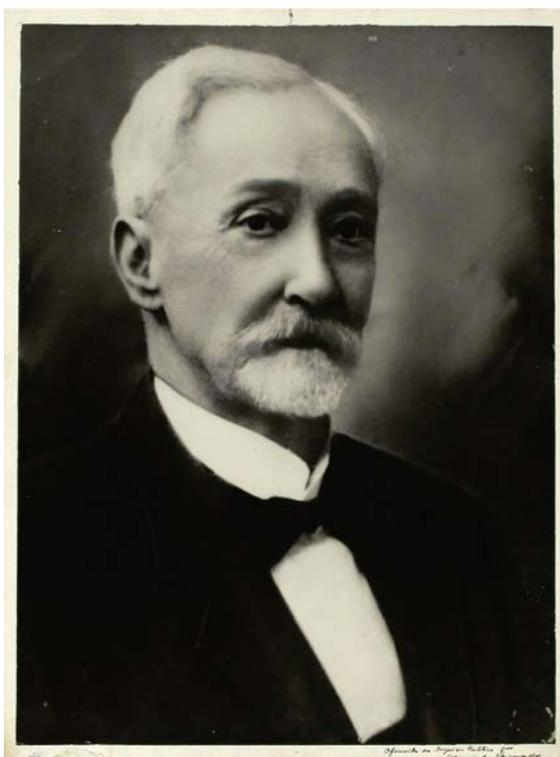


Figura 15: Diogo de Vasconcellos. Fonte: APM.

Outros personagens foram exaltados e reconhecidos pelo serviço prestado à efetivação dos festejos, bem como da Comissão Central, que participou ativamente desde a idealização. Todo o serviço de buffet foi provido pelas cozinhas locais, não tendo sido admitido “buscar, em cozinhas e confeitarias estrangeiras, recursos que se podiam obter, com rigoroso nativismo, em honra à tradição de nossos maiores” (SENNA, 1911, p. 333).

Após a descrição detalhada dos três dias de festa, o texto passa de um relato para uma reflexão muito frutífera para este trabalho por apresentar em sua fala elementos de valoração dos elementos que compunham a festividades, desde os que compunham a materialidade da paisagem ao significado da volta ao passado, representado pela constante rememoração. No que se refere ao lugar, e mais especificamente, à paisagem, o autor destaca as colinas da cidade, “coroadas de templos e monumentos, apinhadas de suas casarias brancas, e ruas enfeitadas” que “desafiavam a plena luz o encanto dos mais pittorescos panoramas do mundo” (SENNA, 1911, p. 320). O autor ainda menciona a excitação causada pelas “girândolas de dinamite soltas no alto das três colinas, Alto da Cruz, Carmo, e S. Francisco de Paula” que “encerraram com saudades as festas de Vila Rica (SENNA, 1911, p. 334).

No que se refere aos aspectos intangíveis, destaca-se o vigor que a cidade voltou a presenciar ao longo dos dias de preparação e dos dias de festa, enquanto

práticas de manutenção de significados. Estas práticas foram proporcionadas por aqueles que admiravam o passado e foram capazes de reconhecer a importância de fazer do Bicentenário palco de dias solenes e de digna comemoração em conjunto com toda a população local e visitantes. A mais profunda expressão da subjetividade que se podia exprimir daqueles dias foi registrada não só pelo autor (ou autores)¹⁹, mas por diversos personagens que tiveram a oportunidade de levar ao público suas palavras e transmitir uma mensagem. Para Senna “reinava uma atmosfera de amor e admiração pela Velha Heroína, envolvendo-a na mais quente simpatia, no mais carinhoso afeto.” (SENNA, 1911, p. 335).

O “passado de grandezas da cidade”, entendido como fonte de ensinamentos para o futuro, foi diversas vezes exaltado e trazido à tona por estes personagens. Após ter sido compreendido e reverenciado o “vigor indomável” de seus pais, que “descobriram, povoaram e civilizaram” essas terras, foi possível verbalizar e registrar, por meio de palavras claras e carregadas de euforia, a disposição para as lutas do futuro, alicerçadas na contemplação do presente e, ao mesmo tempo, na evocação do passado.

Era, primeiro que tudo, uma homenagem ao passado. Comemorando a instalação das primeiras municipalidades mineiras, o povo sentia-se transportado a esse passado remoto tão fértil em ensinamentos, a esse período heróico em que os nossos pais, dotados de uma energia inquebrantável, vencendo todos os obstáculos, lançaram no solo mineiro os alicerces das nossas cidades, os fundamentos do nosso progresso, o germen da nossa vida nacional, independente. No teatro mesmo dos acontecimentos é que se podem reconstituir as cenas de outrora, evocar as grandes sombras do passado e avaliar a sua verdadeira estatura (SENNA, 1911, p. 335).

Nesse sentido, as comemorações assumem um duplo caráter: de rememoração e de reprodução dos sentidos e significados, através das homenagens à “lendária e velha cidade”. Parecia necessário “consolar” Ouro Preto, alentar seus moradores, por um lado tão bombardeados pela decadência efetiva da cidade e por seu estado de abandono, mas, por outro lado, e, principalmente, por toda a narrativa construída sobre a inviabilidade de reprodução da vida em uma cidade que nada tinha em comum com a cidade moderna, salubre e funcional.

[...] Quando os nossos pósteros, ao cobrirem de flores a cidade sempre forte e engrandecida, na comemoração do futuro centenário, lerem estas páginas, não de sentir o nosso amor pela pátria; não de verificar que nós procuramos conservar o patrimônio precioso que recebemos dos nossos pais, para transmiti-lo engrandecido aos nossos filhos; não de reconhecer que somos dignos de ser imitados e, na sua festa, não de abençoar o nosso nome. Que Deus prolongue por longos séculos ainda a existência preciosa da cidade. (SENNA, 1911, p. 336).

19 O livro do Bicentenário foi organizado por Senna, mas não se tem confirmação sobre quem foram os autores, ou o autor do texto do relato das festividades.

Como foi possível perceber, o relato de Senna evidencia aspectos relacionados primeiramente, às tentativas de criar aderência na “coalizão entre os municípios e os discursos de tradição que costuravam as distintas regiões de Minas ao conhecimento profundo da cidade” (LIMA, 2015, p.131), à apropriação da mesma enquanto fator identitário e de pertencimento, ao lugar enquanto palco para a manifestação de experiências diversas com a cidade e seus edifícios, e à necessidade de transmissão de valores, bem como da materialidade para as gerações futuras.

5.2. Discursos das personalidades políticas e culturais

Passaremos agora aos discursos dos agentes envolvidos com os festejos, que de alguma forma participaram da organização, e/ou tiveram espaço de fala nas cerimônias. Estes discursos evidenciam de forma ainda mais clara a intenção de preservar o patrimônio, a história, e promover práticas de reativação e reprodução da memória. São estes: Sr. Ulysses Fabiano Alves, Dr. Diogo de Vasconcellos, Padre Theophilo Salgado, Berenice Martins, Dr. Affonso Celso, Dr. Gomes Freire de Andrade e Dr. João Velloso. Em negrito, na transcrição desses discursos, estão as expressões que mais evidenciam a hipótese de que a noção de patrimônio cultural já estava constituída.

O que defendemos é que papel de Ouro Preto enquanto “cidade memória”, como tratado por Meniconi (1999) e Lima (2015), extrapola os limites da atribuição de valor e passa a um patamar de reconhecimento da cidade ao mesmo tempo como suporte material e como processo afetivo de criação de sentidos. Veremos que a compreensão de suporte material vai desde a escala do monumento, passa pelo sítio e alcança a paisagem. E a imaterialidade assume a característica de um poder emocional capaz de funcionar como elemento de coesão entre o tangível e o intangível, por meio do compartilhamento social de memórias e valores. O último discurso transcrito por Senna, do Dr. João Velloso, aqui reproduzido no início deste item, introduz e insere expectativa a respeito do que será abordado ao longo do texto:

Contemplando a sociedade, no seu seio, eu admiro a **glória das letras**, das **ciências e das artes**, o poder das leis e a disciplina dos exércitos, o aperfeiçoamento dos métodos e das máquinas, o aumento da população e da riqueza e a admiração sincera que professa pelo progresso material e científico do nosso século, creio por ninguém ser recebido. **Mas não está aí toda a fortuna, todo o patrimônio de um povo** (SENNÁ, 1911, p.392).

Todos os discursos que veremos agora fazem parte de um processo ativo de construção e negociação de significados através da rememoração, em um sentido que se aproxima o de monumento intencionado, desenvolvido por Riegl.

O primeiro discurso transcrito por Senna é o pronunciado pelo Sr. Ulysses Fabiano Alves. Este apresenta elementos diversos de análise, mas destacaremos a consciência sobre as tradições enquanto construção advinda do respeito. Não se guarda (ou não se constitui patrimônio) algo do que não se orgulhe, ou seja, a admiração e a vontade de homenagear, em seu entendimento, são pressupostos da sobrevivência.

Ha alguma cousa que permanece acima de todas as vicissitudes, alguma cousa que sobrenada em todos os naufragios, que atravessa todas as edades, que **sobrevive mesmo a destruição e as ruínas**. São as **tradições de um povo** quando ellas podem fazer seu **orgulho** e **orientar o seu progresso**, e quando elle sabe **guardau-as respeitau-as** e **fazer dellas o seu mais sagrado patrimônio**. A festa do Bi-centenário de Ouro preto é uma **homenagem a esse passado**, é um **preito à memória** dos gloriosos fundadores das nossas municipalidades. (Ulysses Fabiano Alves in SENNA, 1911, p. 350, grifo nosso)

O discurso pronunciado pelo Dr. Diogo de Vasconcellos, homem culto de grande proeminência na cidade, é carregado de adjetivações a Ouro Preto, como “cidade amada”, “cidade eterna” e “velha cidade histórica”. Além disso, realça a relevância da cidade no território mineiro:

Peço permissão agora para vos saudar em nome do povo da cidade, igualmente agradecido e justamente ufano pelo imenso brilho que viestes, à frente de tantos e tão distintos hóspedes, comunicar a estas grandiosas solenidades, **brilho que não se limita aos horizontes visuais de Ouro Preto, mas se amplia a toda Minas**, associada hoje às alegrias, como sempre se associou aos destinos de **sua velha cidade histórica**. (Diogo de Vasconcellos in SENNA, 1911, p. 353, grifo nosso).

Vasconcellos apresenta elementos que corroboram com a ideia de que o patrimônio era entendido de uma forma ampla, sem circunscrição do que seria material e imaterial, pois coloca “monumentos”, “sítios”, “templos”, “cerimonias”, “hinos” e “aclamações” na mesma categoria de palavras. Além disso, declara amor e sugere exaltação tanto a Ouro Preto, enquanto espaço e lugar da família mineira.

[...] percorre e anima as praças e ruas, visitando os **monumentos de arte** e os **sítios sugestivos do passado**, as **cerimônias religiosas**, os **templos abertos**, os **hinos triunfais**, as **aclamações entusiásticas**, milhares de corações, enfim, radiantes de amor por **amor** à casa materna em dias natalícios, glórias são que **não exaltam somente Ouro Preto, mas toda a família mineira**, da qual sois o digno e venerado chefe. (Diogo de Vasconcellos in SENNA, 1911, p. 353, grifo nosso).

E, novamente, como se não vislumbrasse que a matéria e o ato de rememoração poderiam (algum dia) ser tratados como duas coisas distintas e separadas, afirma: “não é preciso, neste festim, retocar os **cenários do passado**. Este **vive na memória** e na **consciência** de todos.” (Diogo de Vasconcellos in SENNA, 1911, p. 354). Na mesma linha, Affonso Celso faz uma fala reunindo elementos diversos que, para ele, compõe a riqueza de Ouro Preto e parecem ser colocados

numa mesma categoria de valoração, ou eliminando qualquer espécie de categorização:

Ergueu-se aqui, selado com o sangue do sacrifício, o brado inicial de protesto e revolta contra o despotismo da metrópole; restauraram-se aqui, à luz da inventiva do Padre Viegas de Menezes, **a arte tipográfica e a imprensa no Brasil**; aqui o **extraordinário Aleijadinho**, sobre **esculpir testemunhos imperecíveis** de seu **genio artístico**, aparelhou, segundo a voz popular, um instrumento semelhante aos modernos aeroplanos, com o qual conseguiu o antecessor do glorioso mineiro Santos Dumont, desprender-se da terra e cavalgar a inconsistência do espaço; aqui **Tomás Gonzaga eternizou**, no verso, algumas das mais finas e ternas florações do **lirismo universal**; aqui miraram os **Inconfidentes**, pagando-as com o suplício e a vida, as sublimes visões da **liberdade**; aqui ao religioso, ao filósofo e ao poeta deparam-se permanentes **tesouros da inspiração**, nos contrastes da pristina opulenta Vila Rica com a hodierna abandonada Ouro Preto! Aurora política da grei mineira, **sítio cujas ruínas atestam a pujança da geração ancestral**, na frase de um dos seus panegiristas; pátria de Alvares Maciel, Bernardo de Vasconcelos, Bernardo Guimarães, nascente de um dos áureos veios que fecundaram Portugal, tem Ouro Preto a lhe **velar a memória** três sombras augustas e patéticas: **Felipe dos Santos, Cláudio Manuel da Costa e Tiradentes**, sendo que da cabeça deste último, aureolada pelo civismo, pela bondade, pelo martírio e pela glória, caíram talvez, no solo ouro-pretano, gotas de sangue que, para todo sempre, o santificaram. E clamam que estás morrendo, Ouro Preto! Se, desgraçadamente, é isso verdade, morrerás de pé, como o imperador romano, envolto na púrpura das tuas grandezas. Mas há mortos imortais. **Subsistirás, perene, na tradição, na poesia, na legenda, na excelsa vida subjetiva, superior à existência material.** (Affonso celso *in* SENNA, 1911, p. 376 a 377).

Essa fala de Affonso Celso demonstra uma compreensão muito particular e progressista com relação ao entendimento que temos hoje sobre o que é, o que compõe e como garantir a existência do patrimônio. No trecho a seguir, o patrimônio cultural como processo e o senso de continuidade emergem como elementos fortes. Ao comparar a situação de Ouro Preto com a de uma mãe que é separada dos filhos e do marido, Vasconcellos exalta a grandeza de coração e de alma daquela que não perde a virtude da dignidade, mesmo diante dos infortúnios:

Creio mesmo que esta virtude [dignidade] é o encanto da **estima** que estas grandiosas festas significam e testemunham, tanto mais que a cidade, se perdeu o seu diadema [de capital], não pode perder, em caso algum, nem debaixo de ruínas, a **auréola imperecível de sua missão histórica. As cidades antigas, berço das nações, são lastros conservadores que resistem à dissolução**, padrões genuínos em que se **aferem os caracteres de um povo na inconstância dos tempos**. Nas mesmas trevas do cativo têm elas por si os luazes da lenda e **nutrem o farol que não se apaga na imaginação** dos poetas, nas **saudades** regeneradoras do povo, na **magia** heróica dos insurgidos. (Diogo de Vasconcellos *in* SENNA, 1911, p. 355).

A definição de Patrimônio como processo cultural que se compromete com os atos de rememoração, criando formas de entender e se vincular com o presente e se utilizando da materialidade (a cidade antiga), não como órgão vital, mas como ferramenta cultural que facilita o desencadeamento desse processo (SMITH, 2006, p.44), encontra ressonância na mensagem de Vasconcellos. No trecho destacado o

historiador fala sobre a permanência da herança ao longo do tempo na subjetividade das pessoas: “farol que não se apaga”, o que Gomes Freire ratifica:

Representamos a **continuidade da tradição**, mas na torre do velho relógio do Paço Municipal, onde toca o sino que, há dois séculos, tocava a reunir os primeiros edis da Vila, paneja, em dias festivos, a bandeira de um povo livre, lábaro das modernas municipalidades do nosso país. (Gomes Freire *in* SENNA, 1911, p.385).

O Sermão do Padre Theophilo Salgado reforça a ideia de continuidade, mas enraíza seus argumentos no aspecto tangível (edifícios e serras), mais do que na ideia de comunhão das histórias e das saudades, como fez Vasconcellos.

Glória a Ouro Preto, **cuja fama não se pode apagar, jamais se apagará**, porque, **se seus filhos viessem a esquecê-la**, estes **edifícios** e estas **serras formariam um poema de pedra**, para **celebrar o seu passado glorioso**, repetindo a todos os séculos: Séculos que passais, inclinaí-vos diante desta cidade lendária, da qual dimanou tanta grandeza para Minas, tanto bem para o Brasil e para Portugal tantas riquezas. Glória, glória à cidade de Ouro Preto! (Theophilo Salgado *in* SENNA, 1911, p. 365).

Interessante notar que o aspecto intangível não abandona os discursos. Padre Salgado expressa através das palavras “luz” e “encantos” o poder do lugar, que segundo ele, constitui um valor. Não por acaso, e no sentido de buscar uma explicação para a patente existência deste valor, a resposta é inequívoca:

Eu acrescento que **Ouro Preto é uma das mais belas pedras preciosas engastadas neste coração de ouro**. Pois bem, perguntai a Ouro Preto, perguntai a este brilhante de subido **valor** de onde tirou ele tanta **luz** e tantos **encantos**. Ao pé destes altares, responder-vos-á: Junto a esta cruz, **no Evangelho, na Igreja**. (Theophilo Salgado *in* SENNA, 1911, p. 365).

A Sra. Dona Berenice Martins é a única mulher a discursar nos festejos, ou, pelo menos, a única a ter seu discurso transcrito no livro de Senna. Esta faz uma fala extremamente poética, forte conceitualmente, e apresenta um aspecto ainda não mencionado pelos demais, que é a potencialidade para os estudos que a cidade proporcionava. Este diagnóstico pode ter se dado graças à presença da Escola de Minas, à relevância dos serviços prestados por seus alunos a Ouro Preto, e à aura de “recolhimento”. Ouro Preto, com seu clima constantemente enevoadado e úmido, seria propício ao desenvolvimento de uma “intelectualidade”, ao mesmo tempo sua “tradição” e seu “destino”:

Esperamos que o vibrante apelo de Manuel Bernárdez seja um dia ouvido e te transformes, ainda, num iman poderoso, a atrair numerosas levas de bandeirantes do **saber... É o destino a que foste fadada**. A César o que é de César. Tiraram-te as pompas oficiais, o ruído das multidões, a alegria das festas, o cintilar da riqueza, mas continuas a ser, na bela afirmação de Rui Barbosa, o genial patricio a quem já me referi, “a **capital das tradições**, a matriz do recolhimento, da meditação e do estudo, o **regação consagrado** pela situação geográfica e **pelo tempo** à silenciosa elaboração da intelectualidade”. Não pranteies, pois, tua sorte, e guarda, **bem dentro da alma**, o afetivo saudar de teus irmãos. Ave, terra bendita! (Berenice Martins *in* SENNA, 1911, p. 372).

Por outro lado, a despeito do caráter cerrado do clima, imposto pela situação geográfica da cidade, Martins recorre à vivacidade, à energia e à beleza para construir seu discurso. Esta utiliza a metáfora do teatro para caracterizar a cidade, o que remete à explicação elaborada por Smith (2006) a respeito das mulheres Waanyi, que ao recontar histórias e repassar tradições às mulheres mais jovens, acabaram mostrando que o projeto de registro constituía-se no próprio ato patrimonial. O uso dos territórios em atos de rememoração acabaram transformando-os em oportunidade de afirmação das identidades.

Mas, lentamente, perpassa nelas [as nevoas que te encobrem], a todo instante, toda a **tua história luminosa**, todo o **teu passado glorioso**, entretecido do ouro puro de teu seio e da púrpura viva do sangue de teus heróis! Delas surgem, a espaços, **as animadas cenas de que foste outrora o grandioso teatro**, como se, na sua diáfana e esbranquiçada tela se exercitasse a mão amestrada de um Miguel Ângelo. (Berenice Martins *in* SENNA, 1911, p. 368).

O teatro da memória pressupõe o contexto, espaço e tempo apropriados, como sugere a fala de Gomes Freire: “é debaixo deste céu tranquilo, que se arqueia sobre a terra povoada de visões de um passado que a todo momento nos falam ao espírito, teatro onde se afirmaram as energias de um a raça. (Gomes Freire *in* SENNA, 1911, p. 379-380). O valor se reafirma no território, em um lugar particular, único, em que acontecem as performances, como já tratado.

Outro elemento de relevância, que ainda não foi encontrado nos demais discursos é a questão da originalidade, levantada pelo Dr. Affonso Celso:

Fisicamente, é mais que bela: é original, é superior ao vulgar. O seu aspecto aprazivelmente impressiona, impele a imaginação para supernos devaneios. Ambiente puro, clima acariciador, **costumes doces e nobres**, aqui só se desce para imediatamente se tornar a subir. Sempre a vista é aqui solicitada por alturas, arremessos impetuosos da terra na direção do céu. **E as culminâncias se ostentam coroadas de templos, esplêndido símbolo**, imagem das almas perfeitas, cheias, como tu, Ouro Preto, de vales e montanhas, de profundezas onde se encontram ouro e ferro, os dominadores do mundo, a par de arrojos, de ardimentos, de temeridades, sobrelevados os afoitos píncaros pelo diadema da Fé. **Historicamente, nenhum a localidade do Brasil e da América possui mais honoríficos brasões.**(Affonso Celso *in* SENNA, 1911, p. 376).

Apresentados esses discursos, destacamos três pontos importantes de discussão que organizam as ideias já apresentadas ao longo deste trabalho.

Primeiramente, pode-se dizer que este trecho do discurso de Affonso Celso apresenta maior familiaridade com a narrativa de patrimônio cultural que tem sido estudada, principalmente nos últimos 40 anos. A criação do SPHAN, em 1937 e sua atuação, bem como de expoentes como Lúcio Costa, sedimentaram a construção da nacionalidade baseada na reafirmação da originalidade de Ouro Preto e do que se convencionou chamar de Barroco Mineiro. O “original”, “o esplêndido”, o “excepcional” eram constantemente solicitados para definir e justificar tanto as escolhas de restauro e preservação quanto as escolhas de projeto.

Outro ponto que merece destaque sobre os discursos aqui apresentados e analisados é o fato de que estes podem ter instigado a intensificação das pesquisas sobre a história da cidade, a busca por documentos e contribuído com o registro e manutenção do que já era reconhecido como valioso. Nesse sentido, quando se fala que a “criação do SPHAN representou para Rodrigo Melo Franco de Andrade e seus colaboradores uma ruptura com uma indesejável tradição anterior, que considerava amadora no trato de temas relativos ao passado tradicional brasileiro” (RUBINO, 2002, p. 8) é de se questionar: que tradição anterior era essa a qual o SPHAN se referia? Certamente uma muito diferente da que estamos apresentando.

Por fim, pode-se depreender que embora tenham sido proferidos por pessoas diferentes, estas não representam agentes sociais muito diversos, o que faz com que seja possível estabelecer algumas aproximações entre os mesmos, como tentamos fazer. É importante perceber, com vistas a entender que houve um acúmulo de conhecimentos e de conceitos ao longo da trajetória aqui traçada, que as ideias debatidas circulavam e contribuía para a construção do pensamento ao longo do tempo.

Apêndice

Este apêndice foi construído para apresentar as principais ações institucionais que foram tomadas após as festas do Bicentenário na tentativa de agregar elementos para a discussão final da monografia. Entende-se por institucionalização o processo de cristalização de significados, valores, procedimentos, em normas, publicações (revistas, jornais, livros etc.), realização de encontros, congressos, eventos, e cursos, bem como a própria criação de órgãos oficiais dentro dos governos.

No que se refere às publicações principalmente em jornais e Atas de sessão, exploramos ao longo do texto este recurso, o que demonstra um rebatimento entre o que estava sendo discutido entre as pessoas nas ruas e de maneira informal, com a discussão levada a cabo dentro as Assembleias Legislativas, principalmente na Câmara Municipal de Ouro Preto.

No que tange à realização de eventos, podemos citar a homenagem a Tiradentes, que foi realizada em Ouro Preto, na praça que recebeu seu nome, em 1902, e as festas do Bicentenário, que ocorreram nas ruas e nas instâncias governamentais, ocupando prédios públicos e fazendo uso público de edifícios particulares.

A criação do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em 1907, foi um marco no processo de institucionalização. Constituiu-se, segundo Lima (2015) em uma ação que teve como ponto de partida os debates no Club Floriano Peixoto, em Belo Horizonte.

Inaugurando a República Nova, em um momento “marcado pelo autoritarismo, engendram-se iniciativas institucionais e instrumentos jurídicos de gestão das cidades que buscam colocar limites à ação e à apropriação privada do território” (FERNANDES, 2012, p.47). Este movimento levou a institucionalização a outro patamar. Segundo Fernandes (2012), a Era Vargas é marcada por transformações e modernização do Estado brasileiro (hierárquico e centralizador) e da sociedade brasileira, com nova ordem jurídica e forte presença de técnicos da elite intelectual em cargos importantes no aparato estatal.

As transformações na esfera nacional levaram a uma rearticulação de forças na esfera estadual e também em Ouro Preto, como fica claro pela criação, em 1931, do Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP) que visava reunir objetos e documentos sobre a história da cidade. Este instituto ficou sediado na chamada “Casa de Gonzaga” (Figura 16) e a primeira doação de objetos ao IHOP foi feita pelo Prefeito João Velloso.



Figura 16: Vista da fachada do IHOP, hoje Casa de Gonzaga. Fonte: APM.

A adesão à esfera técnica e a recente articulação entre as diferentes esferas de governo criou canais de comunicação eficientes nacionalmente, de forma que, “ressaltando ideais autoritários e nacionalistas” (FERNANDES, 2012, p.59), em 1933, Ouro Preto foi considerada pelo governo brasileiro como Monumento Nacional. Apresentamos brevemente trecho extraído do Decreto n. 22.928, de 02 de julho de 1933, que confere este título à cidade:

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história;

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação; Resolve:

Art. 1º Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem onus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente.

No ano seguinte, após a Constituinte de 1934, como um departamento do Museu Histórico Nacional, e seguindo a iniciativa do deputado pernambucano Luiz Cedro Carneiro Leão, o presidente criou a Inspeção dos Monumentos Nacionais (PONTUAL, 2012; MAGALHÃES, 2010). Esta foi dirigida por Gustavo Barroso, cearense, que cursou Direito no Rio de Janeiro e foi membro da Ação Integralista Brasileira.

Este movimento foi motivado principalmente pelos efeitos da I Guerra Mundial, que suscitou a preocupação com o risco de perda das “obras históricas e artísticas do passado” e deu origem à Carta de Atenas.

Embora inspirado nessa discussão internacional, Barroso acreditava que era “fundamental que a aparência original desses monumentos fosse recuperada, independente de seu estado físico de conservação” (MAGALHÃES, 2010). Este coordenou, então, um ambicioso projeto de restauração das igrejas e elementos urbanos de Ouro Preto, na perspectiva de “ressuscitar o passado”²⁰.

Mesmo não tendo um valor econômico, as edificações preservadas pela Inspetoria tinham a sua função original restabelecida pelas intervenções realizadas. Nessa perspectiva, Barroso não estava musealizando Ouro Preto, isolando os monumentos para que fossem visitados e visualizados apenas, como em uma exposição museológica. O que estava em jogo era a possibilidade de utilização dos artefatos urbanos, como no tempo em que eles foram criados. Ouro Preto se apresentava para Barroso como um lugar onde seria possível reviver o passado efetivamente como ele teria sido (MAGALHÃES, 2010, p.19).

Esta iniciativa durou três anos e é um episódio ainda pouco estudado pela historiografia brasileira. O poder político de Barroso foi enfraquecido e, com o início do Estado Novo, “os intelectuais passaram a ser vinculados às elites burocráticas, por meio da criação de instituições, tomando uma força social e política” (PONTUAL, 2010, p.287).

Em 1937, deu-se início a uma parte da história muito difundida entre os estudiosos de patrimônio: os intelectuais Modernistas, ligados ao ministro Gustavo Capanema, deram o pontapé para a criação do SPHAN, chefiado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. A legislação básica a respeito do tombamento, instrumento desenvolvido no âmbito dessa autarquia recém-criada, é o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelece o processo de tombamento, os efeitos do tombamento e sanções administrativas para infrações cometidas nos termos do mencionado Decreto-lei:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

20 Em 2004 a pesquisadora Aline Montenegro Magalhães defendeu o mestrado com trabalho sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais, cujo título é: “Colecionando relíquias.. Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)”.

Este Decreto-lei ainda é documento basilar para as práticas de preservação levadas a cabo pelo atual IPHAN. O que podemos afirmar é que a partir da década de 1930, especialmente a partir de 1937, o patrimônio ganhou lugar cativo nas instâncias governamentais. Embora tenha adotado uma postura intervencionista e corretiva até a década de 1970, após este período o IPHAN somou a esta forma de ação a atuação destacada de políticas públicas de patrimônio, a exemplo da última fase do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), de 1973, do Programa Monumenta, de 1999, e do PAC-Cidades Históricas, de 2013.

Em Ouro Preto, a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural são fatores determinantes para o seu desenvolvimento econômico e social, para a geração de empregos e a reprodução da vida urbana. O patrimônio, como vimos, constitui-se como uma mentalidade, um processo complexo que envolve a dinâmica da cidade e das práticas culturais ali sedimentadas e recriadas. Nesse sentido, não é difícil compreender porque a administração dos inúmeros valores urbanos (econômicos, especulativos, sociais, culturais, científicos, normativos etc.) esbarra na concepção tradicional de cidade enquanto objeto, como foi desenhada, retocada e narrada pelos intelectuais e técnicos do IPHAN.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos conceitos aqui apresentados e discutidos, da retomada histórica acerca da situação que Ouro Preto se encontrava; da apresentação dos Planos de Modernização e expansão da cidade e reflexão sobre como se estabeleceram trocas entre a mentalidade moderna então vigente e “o bando de ideias novas”; da construção da ideia de pertencimento pela perda após a transferência da capital da província; da retomada do ritmo da vida na cidade, a relevância de figuras de destaque na política e na vida cultural e a institucionalização dos saberes acumulados no campo da história e geografia; e, por fim, das festas do Bicentenário de Ouro Preto, pode-se chegar a algumas breves conclusões.

Primeiramente, que, embora grande parte da bibliografia sobre patrimônio cultural atribua o início dessa trajetória no Brasil à empreitada Modernista, com base em algumas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas recentemente, e ao estudo aqui realizado, é possível afirmar que não só a noção de preservação do patrimônio é anterior ao reconhecimento de Ouro Preto como Patrimônio Nacional, à criação do SPHAN e ao Decreto-lei n. 25, de 1937, como se apresentava de forma menos engessada, quase uma forma aberta, que aparentemente não criava delimitações entre patrimônio tangível e intangível. Além disso, a própria institucionalização dessa ideia foi promovida antes dos Modernistas, em iniciativas diversas, como destacado no apêndice.

A retomada sobre a história de Ouro Preto permitiu perceber as nuances dos acontecimentos e a transformação/reprodução das ideias até as festas do Bicentenário, quando verificamos que todo esse entendimento acumulado estava de fato consolidado e apto a servir como fonte retórica afiada. A institucionalização, embora não tenha sido o foco deste trabalho, foi verificada por meio de publicações em jornais, nas atas da Câmara Municipal, na realização de encontros e eventos, na elaboração de planos e projetos, na criação de órgãos oficiais e na materialização de uma grande festa de rememoração.

Os conceitos estruturadores da ideia de Patrimônio Cultural, como mostrado por Smith (2006), estiveram presentes ao longo da trajetória histórica aqui abordada. Estes conceitos remontam ao século XV na Europa, como trata Choay (2006), e as reflexões acerca da restauração dos monumentos está presente desde a década de 1830, com a atuação de Viollet-Le-Duc e Ruskin. O entendimento sobre memória e identidade, que se consolidou como elemento da ciência somente no século XX,

permeia as relações do homem em sociedade há muitos séculos, e, de forma muito diversa nas civilizações orientais, porque é intrínseco às relações social e aos processos culturais.

As políticas de preservação do patrimônio tangível encontram-se em estágio de desenvolvimento avançado, se comparadas às políticas dedicadas ao patrimônio intangível. O conceito ocidental de patrimônio volta-se majoritariamente para a natureza física das coisas, de forma que a preservação constitui-se por um conjunto de atos que visa manter o bem nas condições originais. Principalmente por este motivo, o patrimônio tangível foi e ainda tem sido alvo dos instrumentos de preservação em maior proporção se comparado ao patrimônio imaterial. O patrimônio intangível é um conceito recente no mundo ocidental e tem sido cada dia mais aceito, conseqüentemente, recriado de forma mais eficaz. No entanto, a vinculação entre as esferas tangível e intangível, como propõe Smith (2006), bem como o reflexo desse entendimento nos instrumentos de preservação caminha a passos lentos, pois, buscando sempre evitar os pontos de tensão, acaba por se manter em posição confortável de quase estagnação.

A memória apresenta grande potencial para atuar de forma concreta no processo de retomada e consolidação das identidades dos lugares, e, assim, estabelecer laços tão firmes entre o passado e o presente, e entre o tangível e o intangível, que de fato retrabalhem o conceito estabelecido de preservação.

Através desse estudo foi possível entender que a construção da narrativa histórica é permeada por disputas, principalmente no campo político, e, nesse sentido, é necessário olhar para a história como passível de ser construída permanentemente. Este estudo, motivado pela busca por começos, mostrou que a construção dos conceitos e a viabilização das ações se constituem com base em avanços, retrocessos, atores de destaque, mobilização de grupos, coletivos, tomada de voz, perda e retomada de poder.

Por fim, destacamos o patrimônio cultural como forte ferramenta de construção e afirmação de discursos, que, por um lado, pode ser nociva no sentido em que legitima narrativas e práticas oficiais, como vêm acontecendo no Brasil e em várias partes do mundo, mas, por outro, por ser uma poderosa ferramenta de ativação de memórias, construção de significados, recriação de práticas e suporte de iniciativas de subversão da ordem estabelecida.

7 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. **A aparência das coisas**. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Nº 29. Brasília: IPHAN, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARRUDA, Maria. **A Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos Históricos e Culturais, 1996.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)**. Revista Brasileira de História. Vol. 5. nº. 8/9. São Paulo: 1985.

_____. **Cidade e História**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **O pensamento de John Ruskin no debate cultural brasileiro dos anos 1920.19&20**, Rio de Janeiro, v.III, n.4, out. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2ª ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COELHO, José Efigênio Pinto. **A mudança da capital 1887-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto**. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes Ltda, 1987.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos**. Resenha online n. 054,02. Revista Vitruvius ano 05, jun. 2006.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **A arte que lhe falta: representações sobre a cidade colonial e a formação do urbanismo moderno no Brasil**. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – V. 11. nº3. **A construção da cidade e do urbanismo: ideias tem lugar?** SCHU, 2010.

LIMA, Kleverson Teodoro de. **Ouro Preto: da cidade-memória à cidade-monumento (1897-1937)**. Belo Horizonte: UFMG/faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015. (Tese de doutorado).

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Editora ALVA-CIORD, 1997.

FERNANDES, Ana. **Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências**. In: REZENDE, Vera F. et. al... **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niteroi: Editora da UFF; intertexto, 2012.

FONSECA, Janete Flor de Maio. **Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital**. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1998. (Dissertação de Mestrado).

FONTANA, Luiz. Referências: **Ouro Preto em Luiz Fontana**. Ouro Preto: IFAC-UFOP, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1996.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Viollet-Le-Duc e o Verbete Restauração** In VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza** in Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. v. 18. n.2. Jul.- Dez. 2010b.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Entre o museu e a cidade. Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. Rio de Janeiro: I ENANPARQ, 2010.

MANTOVANI, André. **Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto, MG (1885-1897)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Estudos Pró-Graduados em História, 2007. (Dissertação de Mestrado).

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Dissertação de Mestrado).

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007 (Dissertação de mestrado).

PONTUAL, Virgínia. **Os anos de 1930 no Brasil e as práticas urbanísticas: Urbanismo moderno e patrimônio histórico**. In: REZENDE, Vera F. et. al... Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. Niteroi: Editora da UFF; intertexto, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RAMALHO, Arthur Dias Soares. **Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. São Paulo: USP/Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015 (Dissertação de mestrado).

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720**. 2a Ed. São Paulo: Editora Pini, 2000.

RODRIGUES, José Carlos. **Ideias filosóficas e políticas em Minas gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

RUBINO, Silvana. **Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Revista USP, São Paulo, v. 53, p. 6-17, 2002.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”**. In: Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. Vol. 4. São Paulo: EDUSP, 1996.

SILVA, Rodrigo Machado. **Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira**. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013 (Dissertação de mestrado).

_____ **A caducidade das disposições transitórias: Diogo de Vasconcelos na propaganda pela permanência da capital mineira (1890-1893)**. Revista Outros Tempos: pesquisa em foco – História. V. 9, p.72-97. Maranhão: UEMA, 2012.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Nova York: Routledge, 2006. Capítulo 2: Heritage as a cultural process, p. 44-84.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. **Portaria n.º 312, outubro de 2010**. Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Disponível online:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf> Acesso em 02/06/2016.

_____ **Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933**. Retificação publicada no Diário Oficial de 11 de agosto de 1933: Erige a cidade do Ouro Preto em monumento nacional. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122>. Acesso em 26 mar. 2017.

_____ **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 26 mar. 2017.

Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto

- Contrato da Empresa de Melhoramentos da Capital
- Estatuto Municipal da Câmara de Ouro Preto. Typografia Silva Cabral, 1894;
- Jornais digitalizados;

- Livro de Contratos da Câmara, 1891.
- Livros de Atas da Câmara e Intendência Municipal: Livro n.º 98 (1885 a 1890), Livro n.º 109 (1891 a 1893) e Livro n.º 839 e 894 (1890 a 1894) e Livro n.º 950 (1892 a 1893).
- Peça gráfica do Projeto de Melhoramentos de Ouro Preto;
- Registro de Contratos e Arrematações da Câmara Municipal, 1886 e 1887.
- Relatório das obras de Melhoramentos da Capital, 1892.

Biblioteca da Casa dos Contos

- SENNA, Nelson. Bi-Centenário de Ouro Preto (1711 – 1911): Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.